



PESSOAS e LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 37 - 2006



Em Destaque

Saberes e competências para o desenvolvimento rural



P 4 e 5 Entrevista a Carlos Valentim Oliveira

P 12 Um fim-de-semana no Alentejo Central

P 15 Pedro Cachapuz - Um empreendedor social

P 17 Seminário da Rede Portuguesa LEADER+

Uma aposta do presente

Mas o acesso ao conhecimento é cada vez mais múltiplo e complexo. Já não é suficiente o acesso à escolaridade ou a alguma experiência adquirida, pois até as características emocionais dos indivíduos e a sua disponibilidade para desenvolverem inteiramente as suas qualidades e aptidões pessoais são factores decisivos do tempo presente.

A formação ao longo da vida é uma exigência que, hoje, nos ajuda a reflectir sobre o nosso quotidiano e a aproveitar e recriar as tarefas de todos, de modo a obter um resultado final positivo e com valor acrescentado. Este é um processo interactivo que envolve vários níveis e entidades e que, por isso, implica reciprocidade e concertação, exige visibilidade e diálogo e, sobretudo, necessita de cidadãos e comunidades locais com competências pró-activas e assertivas para a afirmação dos seus territórios e identidades. Estas são as preocupações e estratégias nucleares que tem sido referência para as entidades da administração central e local e para as 52 ADL - Associações de Desenvolvimento Local que hoje beneficiam do programa LEADER+.

As fragilidades são muitas, face aos constantes desafios da mudança que o mundo global dita aos Agentes e territórios rurais. Não é este o espaço de avaliação mas, o presente, claramente nos indica que o futuro terá de ser atingido, sulcando estes caminhos e metodologias. A gestão de competências e a aprendizagem organizacional, são cada vez mais e também, pilares determinantes para o desenvolvimento dos territórios rurais.

O programa LEADER tem procurado e julga ter contribuído para a concretização destes objectivos. Os resultados existem e são visíveis. A estes desafios muitos GAL vêm dando resposta.

É esse testemunho que nos propomos dar nesta edição do Jornal "Pessoas e Lugares", dedicado ao tema "Saberes e competências para o desenvolvimento rural", através de actividades desenvolvidas por estas entidades, que encontraram respostas para problemas ou dificuldades velhas, mas sempre novas.

Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome: _____

Organização: _____

Função: _____

Morada: _____

_____ Código postal: _____

Telefone: _____ Fax: _____

E-mail: _____

Comentários: _____

Recorte ou fotocopie, e envie para: IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+ Av. Defensores de Chaves, n.º 6 - 1049-063 Lisboa

2

PESSOAS E LUGARES | Nº 37 - 2006

Como capitalizar a experiência LEADER no futuro?

Nos dias 28 e 29 de Junho do presente ano, a propósito da reunião do *Comité Steering* do Programa LEADER+, organizada pela Comissão Europeia e Observatório Europeu/Ponto de Contacto, as Redes Nacionais e autoridades nacionais de gestão do Programa LEADER+ encontraram-se para reflectir acerca da actual implementação do programa e do próximo quadro de programação para 2007-2013. Da agenda desta reunião fazia ainda parte uma oficina sobre a importância do período de transição e as diferentes formas de disseminar a abordagem LEADER.

A pertinência dos debates realizados e a actualidade desta temática justificam a sistematização de algumas das ideias aí apresentadas. Na realidade, as grandes preocupações e expectativas dos participantes neste encontro podem ser contributos interessantes para as decisões acerca do futuro próximo, sobretudo as relacionadas com a abordagem LEADER.

As principais questões e expectativas dos participantes deste encontro, relativas às lições apreendidas com o desenvolvimento dos sucessivos programas LEADER, foram apresentadas nos diferentes grupos de trabalho em forma de recomendações e expectativas e estão disponíveis no site do Ponto de Contacto (http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leaderplus/index_pt.htm). No entanto, dada a sua pertinência e interesse, deixamos aqui a síntese desse debate. A sua apresentação, por tópicos, justifica-se apenas por uma questão de clareza, não devendo ser entendida como a indicação de uma ordem de importância ou prioridade.

1. É imperioso **capitalizar a experiência LEADER**, generalizar o método, simplificar o sistema e facilitar o trabalho desenvolvido pelos agentes e actores locais.
2. É fundamental garantir que o conhecimento adquirido não seja perdido, de forma a **preservar o capital humano** criado e apoiado, maximizar a experiência e valorizar as competências adquiridas pelos GAL, reconhecer positivamente os que trabalharam bem e aproveitar a sua experiência para a elaboração dos Programas regionais e locais. Para isso, é necessário ouvi-los, escutá-los e envolvê-los nas discussões de programação para o futuro.
3. Não é necessário “reinventar a roda” pois já existem **boas e positivas experiências** promovidas pelos GAL, no âmbito do desenvolvimento local em meio rural. O que se torna necessário é proporcionar algumas adaptações, face a uma nova realidade que se avizinha. E esta perspectiva é importante, para que se tenha algo pronto e construído quando o novo período de programação se iniciar.
4. É imperioso evitar que existam lacunas financeiras no intervalo das duas intervenções, de forma a preservar-se alguma **segurança** na contratação dos técnicos e gestão dos GAL. Por outro lado, o reconhecimento legal dos GAL é um factor de **estabilidade** muito importante.
5. O início tardio do LEADER+ não se deve repetir e, por isso, no próximo período de programação, existe a necessidade de se começarem as actividades da rede europeia o mais cedo possível.
6. Num ambiente de diversidade europeia é fundamental a **concertação, o diálogo e o trabalho em rede**, dada a pluralidade de enfoques regionais, parceiros, territórios, produtos e actores que participam nas acções LEADER.
7. É fundamental a criação de uma estratégia nacional que tenha em conta a **concentração e articulação de ideias e projectos** aos níveis nacional, regional e local. Por isso, é importante ouvir e articular as estratégias territoriais com os GAL, para criar sinergias locais e regionais, fomentando a participação de todos os que estão envolvidos nesses processos (populações, ambientalistas, produtores, autarcas...).
8. O desenvolvimento e aperfeiçoamento da **cooperação transnacional** é, estrategicamente, muito importante para os territórios rurais europeus e é uma actividade fundamental das redes nacionais. Neste sentido, as ligações entre as diferentes redes nacionais devem ser fortalecidas através, por exemplo, da utilização de bases de dados comuns ou de ferramentas digitais comuns.
9. O **trabalho em rede** é fundamental para proporcionar maior visibilidade à abordagem LEADER e ao trabalho dos GAL; do ponto de vista de animação é também muito importante não deixar de se apoiar o trabalho voluntário, um importante recurso, assim como a construção/capacidade de massa crítica nos territórios rurais.



S. Phipps e M. Law (LEADER+ Contact Point), J.-M. Gourdes (CE DG Agri) / Pedro Brás (LEADER+ Contact Point)

10. A **avaliação** é uma questão essencial, tanto no que se refere aos resultados do trabalho dos GAL, como quanto aos recursos humanos dos que trabalham no e para o LEADER; por isso, é necessário aperfeiçoar os indicadores qualitativos úteis para avaliar os resultados do trabalho dos GAL (quando e como foram atingidos).
11. Os GAL devem reforçar o trabalho com diferentes actores locais, com a finalidade de contribuírem para a uma mais completa **articulação e integração da competitividade e da diversificação rural**. O grande desafio do próximo período de programação refere-se à formulação de uma estratégia territorial que integre os três eixos do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e essa coordenação é fundamental para o trabalho dos GAL e para a futura rede de desenvolvimento rural.
12. As futuras **redes nacionais de desenvolvimento rural** devem continuar a providenciar informação sobre o mundo rural (por exemplo, com um bom portal), assim como dinamizar actividades em rede e em cooperação, como sejam, a organização de seminários, edição de publicações e outras actividades informativas e promocionais.
13. O **trabalho da rede europeia** é fundamental para dar mais visibilidade à abordagem e aos processos nacionais LEADER, para garantir maior articulação entre as diferentes estratégias nacionais (para o caso da rede europeia), apoiar e viabilizar os resultados da cooperação, assegurar a qualidade dos produtos e resultados, assim como para garantir uma melhor articulação local e regional dos GAL.
14. A nova rede deverá ter fortes ligações entre os níveis nacional e europeu; o seu objectivo deverá ser o de **criar ligações** entre os níveis nacionais, regionais e locais e o seu papel é o de dinamizador. Para isso, têm que ter capacidade técnica (oferta) e saber interagir com os actores locais (procura). Uma rede genuína reage às necessidades e, para ter sucesso, deve ter clara a sua missão e estratégia de actuação. As redes devem promover informação sistematizada acerca do desenvolvimento rural, facilitar os contactos de uns com os outros e promover troca de informações acerca das diferentes estratégias de desenvolvimento integrado.

Nos debates foram ainda identificados dois tipos de preocupações: uma relativa aos participantes dos “novos” Estados membros, relacionadas com a constituição de parcerias locais e constituição dos GAL e outra relativa aos participantes dos “antigos” Estados membros, relacionada com a necessidade de capitalizar a experiência LEADER, não a deixando perder não só no que se refere à metodologia, mas também ao capital humano envolvido e competências adquiridas.

Maria do Rosário Serafim
Rede Portuguesa LEADER+

Carlos Valentim Ribeiro responde às perguntas do *Pessoas e Lugares*

Readaptar competências individuais aos desafios do colectivo

No contexto nacional de desenvolvimento dos recursos humanos, é perito da Iniciativa Comunitária Equal e animador das respectivas Redes Temáticas “Empreendedorismo e Desenvolvimento Local” e “Percursos Integrados de Inserção e Reinserção Profissional”. Psicólogo social de formação, Carlos Valentim Ribeiro é o actual presidente da ANOP – Associação Nacional das Oficinas de Projectos, organismo actor e autor de projectos de desenvolvimento a Norte do país. Enquanto gestor do Programa PME da Associação Empresarial de Portugal concebeu e operacionalizou o modelo formativo das “Oficinas de Projectos”, assim como as respectivas metodologias de Balanço de Competências. Acérrimo defensor de processos de desenvolvimento de competências, coloca o cidadão em acção e devir, simultaneamente, em primeiro plano e em perspectiva num quadro de sociedade em mudança.

As recentes orientações para o crescimento, emprego e coesão social conferem grande prioridade à “adaptação dos sistemas de educação e formação em resposta às novas exigências em matéria de competências”. Quais são essas novas exigências? Qual a sua implicação com o actual contexto sócio-político e económico de Portugal?

As novas exigências referem-se à necessidade de valorizar domínios que desafiem a escola e a universidade na sua plataforma estrutural – o reinado do conhecimento, e na sua ideologia – a de rampa de lançamento para a promoção social. Trata-se também de criar novas alternativas ao sistema de formação profissional, entretanto contaminado pelo vírus do modelo escolar e que, só muito raramente, produz resultados efectivamente reconhecidos pelos interesses dinâmicos do mundo trabalho e da competitividade empresarial. As exigências em matéria de competências fazem apelo, não só a conhecimentos sólidos, baseados em processos “construídos” e menos resultantes de operações prolongadas de sedimentação escolar, mas ainda, e sobretudo, aos saberes técnicos cada vez mais complexos e às atitudes e comportamentos de iniciativa individual e participação criativa. Os sistemas de educação formação devem assegurar, de forma prioritária, processos de desenvolvimento dos cidadãos que os capacitem para agir de forma competente, facilitando a estruturação dos mecanismos cognitivos e operacionais do domínio da mobilização, criação, combinação, ou seja, tudo menos uma abordagem estática e livresca dos saberes.

A evolução dos conceitos «competência» e «qualificação» tem vindo a sublinhar a sua prudente e necessária distinção, reafirmando-se a importância das competências relacionais e emocionais nos processos organizacionais. Quais são, na sua opinião, os grandes desafios que se colocam actualmente sobre este assunto?

Esta distinção pode ser útil sobretudo para a definição das prioridades nos investimentos a realizar junto dos adultos pouco escolarizados que representam cerca de 75 por cento da população activa portuguesa. As competências instaladas nos trabalhadores portugueses são superiores às qualificações formais. Existe uma efectiva subcertificação. Esta avaliação tem estado na base do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências que, desde 2000, tem vindo a desenvolver uma acção reparadora da divergência estrutural ente competências e qualificações. Importa atribuir ao sistema uma missão superior à de reajustamento dos níveis mencionados. Deve servir para estimular e generalizar processos de desenvolvimento pessoal que vão para além da atribuição de um diploma. O destaque vai para a educação e formação para a cidadania que deve encontrar nas *démarches* do adulto em processo de RVC – Reconhecimento e Validação de Competências (constituição do dossiê pessoal, revisita ao contexto de vida de forma crítica e avaliativa, contacto com novos quadros institucionais e pessoais) uma nova plataforma de desenvolvimento, valorizando um novo protagonismo social para o sujeito que readquiriu parte dos seus direitos e auto-estima através de uma construção no essencial autónoma.

Nas organizações os diplomas dos colaboradores deixaram de ser a referência central para o desenvolvimento organizacional e a competitividade, e podem constituir um ponto de partida para situar áreas de competência, mas no funcionamento quotidiano das organizações prevalecem, no actual panorama de concorrência e competição, sobre as capacidades e aptidões técnicas, as atitudes de abertura à cooperação com outros, disponibilidade para a mobilidade interna em funções e áreas de actuação, comportamentos dinâmicos com sistemático empenhamento em acções empreendedoras que representam mais-valias competitivas para a organização.

O conceito «competência» assume, cada vez mais, um papel fundamental numa sociedade que se quer do conhecimento, da tecnologia e da inovação. Porquê? Qual a relação da competência com os desafios de coesão para os territórios rurais?

Os territórios debatem-se com velhas tensões, provocadas, entre outras, pelos processos inacabados de amadurecimento económico e social de transição para a modernidade com a incapacidade de se projectar no futuro, quando uma das competências mais relevantes dos nossos tempos é o devir. Para adultos em situação de mudança de rota na vida pessoal ou profissional, a capacidade de equacionar um futuro – definir um projecto - com um roteiro minimamente plausível é a chave para um processo construído de desenvolvimento. Na nossa sociedade da mobilidade essa projecção nem sempre é evidente e compatível com as variáveis, na maior parte dos casos incontroláveis, disponíveis para desenhar um percurso. Para os territórios rurais, a questão coloca-se um pouco nos mesmos termos. Que capacidade existe efectivamente para equacionar um futuro de médio e longo prazo? As competências instaladas em desactualização, os saberes ancestrais em perda de replicação, a coabitação com os elementos da pós-modernidade (as segundas residências, os estrangeiros residentes, os emigrantes de segunda geração) provocam sobretudo insegurança e fragilização face a um devir cada vez menos assumido pelo colectivo. O futuro passa a ser um assunto que chega do exterior das comunidades rurais. A estruturação desta competência estratégica condiciona todas as outras, as que emanam dos conhecimentos específicos da ruralidade (os ensinamentos da vida e dos antepassados), dos saberes-fazer na relação com processos produtivos tradicionais (os produtos regionais numa visão lata e competitiva) e dos comportamentos e atitudes.

“A dificuldade encontra-se, não tanto nos apoios, mas antes na capacidade efectiva de produzir mudanças em contextos muito marcados pelo individualismo e defesa de interesses muito localizados e instalados”

Reconhecendo-se cada vez mais que os processos de desenvolvimento local sustentáveis se devem apoiar nas populações, organizações e iniciativas locais, considera que o actual contexto é favorável para a aquisição e valorização de competências e formação dos recursos humanos? Na sua opinião têm sido tomadas medidas integradas e sustentadas orientadas para a valorização de competências, formação de recursos humanos e capacitação das organizações locais? Quais?

A dificuldade encontra-se, não tanto nos apoios, mas antes na capacidade efectiva de produzir mudanças em contextos muito marcados pelo individualismo e defesa de interesses muito localizados e instalados. Nem todas as vias para capacitar as organizações locais têm sido exploradas. E nesta matéria não há verdadeiramente uma aposta, nem nas organizações inovadoras, nem nas metodologias de formação-projecto que deveriam servir para pilotar processos de mudança e desenvolver novas competências nos actores de terreno das associações locais. Quanto às condições para um crescimento efectivo das actividades de apoio ao desenvolvimento de competências a nível local, dependem muito da capacidade de tecer uma malha de parcerias que viabilizem espaços e dinâmicas formais, não-formais e informais de aprendizagem. Os sinais mais recentes apontam para um recuo nessa estratégia bem sucedida e está-se a caminhar a passos largos para a sua estatização, centrando o sistema nos organismos públicos, testas de ferro das tutelas do emprego e da educação. É um mau pronuncio para o RVC e para o potencial de desenvolvimento de parcerias e de estruturas integradas cuja finalidade seria o apoio ao desenvolvimento de competências a nível local.

Como é que se poderão capacitar organizações instaladas ou iniciativas nascentes de forma a tornarem-se pedras angulares do desenvolvimento rural, e, pela mesma ocasião, promotores e dinamizadores da educação e qualificação das populações locais? Qual o papel das associações de desenvolvimento local neste processo organizacional orientado para o desenvolvimento de competências relacionais e pessoais?

A opção estratégica entre fomentar “agências de desenvolvimento local” ou apoiar os agentes locais de desenvolvimento, continua a ter algum sentido. Os novos protagonistas das actividades económicas e acções culturais locais são portadores das dinâmicas mais interessantes para o futuro do mundo rural. As associações de desenvolvimento local só têm a ganhar com o surgimento de formas autónomas de organização de sectores da população e devem incentivar a sua institucionalização. A interacção entre estas duas dinâmicas (organizações com intervenção integrada no terreno e novas formas de defesa de interesses muito específicos – produtores; redes de operadores turísticos; grupos culturais) pode favorecer o surgimento de novas modalidades de educação formação, baseadas sobretudo nas competências e disponibilidades de partilha a nível local em torno de projectos. Recentemente, têm sido experimentados em países como França, Itália e Suécia abordagens ao desenvolvimento local a partir de metodologias abertas e de auto-controle por parte das populações que são dinamizadas desde modelos de representação colectiva, como são as árvores do conhecimento, ou de cooperação negociada individualmente em torno dos círculos de estudo. O interesse destes modelos radica na negociação existente entre os diversos membros de uma comunidade em torno da pergunta: “o que estou disposto a dar/fornecer ao processo e o que desejo ter como contrapartida?” A par de um recenseamento de competências, que estabelece o ponto de partida, institui-se uma espécie de caderno de encargos que sistematiza as acções e tarefas de desenvolvimento e responsabiliza cada um dos membros. As contrapartidas situam-se principalmente nos apoios a projectos pessoais que na maior parte dos casos integra uma vertente profissional, o que implica uma mobilização dos recursos locais para o emprego ou a realização de actividades profissionais com o envolvimento da comunidade. Os assuntos colectivos do desenvolvimento local são partilhados, enquanto os individuais de desenvolvimento pessoal são objecto de cooperação.



O Programa LEADER tem vindo a apostar na qualificação dos actores locais, nomeadamente as associações de desenvolvimento local, para que estas organizações e os seus técnicos sejam competentes na intervenção no quadro do desenvolvimento rural. Como interpreta este movimento?

O contributo do Programa LEADER tem sido determinante para garantir, nos resultados até agora obtidos, uma dimensão fundamental que se prende com a visão integrada das intervenções. Um novo olhar sobre a realidade dos territórios tem sido, assim, assegurado, e por essa via existe uma maior coerência nos apoios concedidos e no apoio aos agentes económicos e institucionais.

Um desafio nesta matéria seria o da inovação, ou seja, destabilizar as estruturas actuais com um verdadeiro movimento orientado para a inovação organizacional, produzindo impactos no território. Incentivar o inconformismo a todos os níveis para abrir novas portas de actuação criativa que pode ter por base as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. A Web 2^(*) oferece a esse nível um novo leque alargado de ferramentas que podem ser utilizadas para operacionalizar novas formas de expressão, comunicação e organização. Conheço uma associação local inglesa que incentiva a cooperação entre aldeias de uma região através de Wikis (www.wikispaces.com) desenvolvidos pelos habitantes de cada uma das localidades e com uma forte participação dos jovens que encontraram uma nova forma de interacção com os seus pares das localidades vizinhas.

Tendo presente a importância crescente das dinâmicas de governância e cidadania activas para a gestão participada dos territórios rurais qual o papel da competência organizacional, relacional e colectiva nestes processos?

A maior dificuldade das dinâmicas de governância e de cidadania activas situa-se muitas vezes na auto-confiança das populações locais. A influência de figuras tutelares na vida comunitária é ainda muito forte. Devem ser promovidos processos de progressiva aproximação à autonomia e à cooperação. Recordo, por exemplo, o impacto que tem nesse processo a organização e desenvolvimento de projectos colectivos e comunitários no âmbito das Oficinas de Projectos promovidas pela ANOR. A possibilidade de agir no espaço comunitário, através de um projecto colectivamente negociado, e expressando, simultaneamente, uma vontade individual de participar e cooperar, cria condições para fases posteriores de envolvimento e coresponsabilização. A cidadania encontrando-se na intersecção entre as competências individuais (relacionais) e as competências (colectivas), instaladas na comunidade, importa encontrar as plataformas de acção (interesses, motivações) que harmonizem um sentido de convergência e viabilizem o desenvolvimento das competências de partida, porque os actos de cidadania, estruturam o elo social, colocam sempre novas exigências na sua concretização; o que implica uma sistemática readaptação das competências individuais aos desafios do colectivo.

Guião elaborado por **Maria do Rosário Serafim** e **Maria do Rosário Aranha**
Rede Portuguesa LEADER+

(*) O termo Web 2.0 refere-se à segunda geração de serviços e aplicações Web

Santu di kasa ka ta fase milagri?

Boa parte da intervenção da Aliende desenvolve-se fora da lógica dos programas, medidas e sistemas de apoio, animando um trabalho de cariz local, dotado de sentido e dinâmica, que leve ao aproveitamento daqueles. Através da animação de fóruns de desenvolvimento, assentes numa prática que recorre a metodologias e técnicas participativas, a Aliende vem impulsionando a capacitação dos actores locais.

A Aliende - Associação para o Desenvolvimento Local, enquanto associação para o desenvolvimento, procura que a sua intervenção concorra para efeitos como a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas, sendo que é a este nível – das pessoas e das comunidades – que o processo de desenvolvimento se torna algo de concreto e dotado de sentido. Para que seja sustentável, o desenvolvimento deve encorpar algumas características, entre as quais, a de se constituir como um processo perene. Esta característica está claramente para além da existência de programas que pontualmente podem facilitar, favorecer ou desfavorecer, o processo. Boa parte da intervenção da Aliende desenvolve-se fora da lógica dos programas, medidas e sistemas de apoio, animando um trabalho de cariz local, dotado de sentido e dinâmica, que leve ao aproveitamento daqueles. Este trabalho com a comunidade local é, assim o entendemos, a base de um processo perene.

A perenidade tende a verificar-se quando o impulso para o desenvolvimento assenta verdadeiramente na comunidade e nos seus actores. Quando estes são capazes de consciencializar as suas necessidades e de se organizar na definição e na prossecução dos seus interesses. Processo que, naturalmente, tem associado uma vertente de conflitualidade, mas que, como resultado, os torna gestores, agentes e destinatários do seu próprio desenvolvimento, produzindo impacto na forma do território, como um todo, se estruturar.

Fórum de Desenvolvimento

Dentro destes princípios, a Aliende vem animando um fórum de desenvolvimento na freguesia de Montoito (Redondo). Prática que estende agora às freguesias de Santiago Maior (Alandroal), Campo e Campinho (Reguengos de Monsaraz).

Nestes fóruns, assentes numa prática que recorre a metodologias e técnicas participativas, a Aliende vem impulsionando a capacitação dos actores locais, ao mesmo tempo que os assessoria na emergência de estratégias integradas de desenvolvimento e facilita a definição, articulação e/ou concretização de projectos que servem essa estratégia.

É exemplo desta prática, o Plano de Intervenção (PI) “Seareiro”, na freguesia de Montoito. Este PI possibilitou actuar no eixo de desenvolvimento, acordado como “reforço da identidade do território”, através da identificação, selecção e execução, pelos actores locais, de um conjunto de duas dezenas de projectos, na área da preservação e recuperação da paisagem tradicional.

Estes projectos foram executados quer por pessoas singulares, quer por pessoas colectivas, como a fábrica da igreja paroquial, a cooperativa agrícola, as sociedades recreativas e associações desportivas ou as autarquias, sendo a sua selecção e integração no PI, bem como o seu acompanhamento, cometida ao fórum.

Apesar deste trabalho de animação local para o desenvolvimento ter resultados visíveis, é preciso não desconsiderar a sua fragilidade, dado decorrerem num ambiente que não propicia o mesmo. Este facto é visível, entre outros aspectos, na sectorialidade das abordagens ao desenvolvimento, fomentadas quer pelo Estado (redes sociais, agendas locais 21, etc.) quer pela sociedade civil. É visível também na generalização redutora dos processos participativos ao nível da “consulta” e também na manipulação ou ultrapassagem dos resultados da participação por parte de alguns actores, nomeadamente os de maiores recursos.

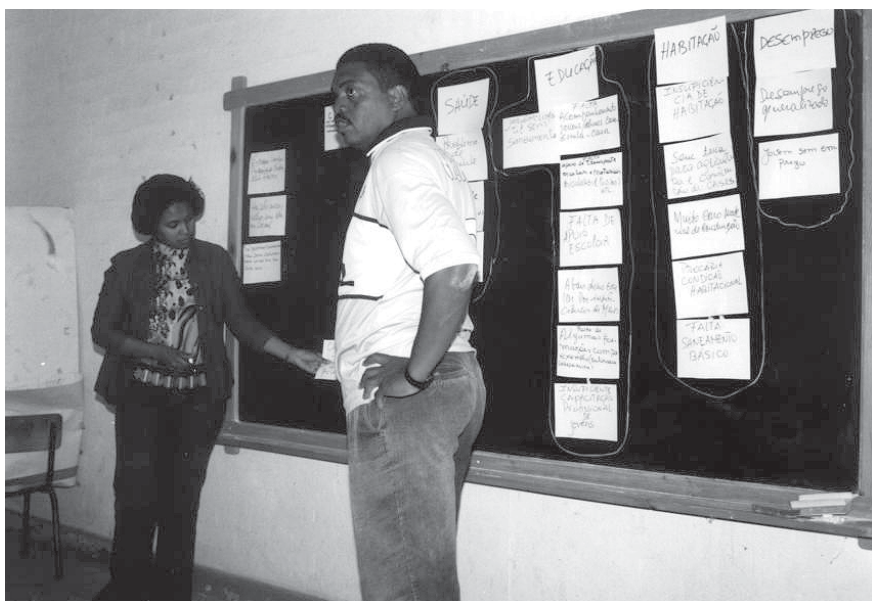
Missões de assistência técnica em Cabo Verde

Retirando ensinamentos da experiência do fórum, consolidando metodologias de intervenção e técnicas de análise, a Aliende, enquanto associação membro do Monte, A.C.E. (Agrupamento Complementar de Empresas), integrou diversas missões de assistência técnica ao Programa de Luta Contra a Pobreza em Meio Rural (PLPR), desenvolvido em Cabo Verde. No âmbito deste programa, que apropriava a experiência LEADER, o capital de conhecimento do Monte, enquanto entidade gestora dos programas LEADER II e LEADER+ no Alentejo Central, e da Aliende, ao nível do trabalho participado para o desenvolvimento local, foi possível instalar uma cooperação traduzida, entre outros aspectos, no apoio à organização dos actores, ao nível de ilha, no apoio ao funcionamento das associações comunitárias de desenvolvimento, na preparação de técnicos e no apoio à sua intervenção nas comunidades locais.

Este trabalho teve, entre outros resultados, a construção dos planos de comunidade e de ilha, em que assenta a intervenção do PLPR, e permitiu o lançar de pontes para o desenvolvimento de outros projectos de cooperação em parceria.

Do trabalho realizado num e noutro território, quando procuro encontrar a pedra de toque que juntou muita gente, de muitas idades, ideias e feitos, para “resolver” a sua vida, lembro-me sempre da resposta comum que dão à questão de partida: “Santos de casa não fazem milagres?”. Fazem, sim senhor!

Jorge Coelho
Aliende



Jorge Coelho

Competências críticas para o desenvolvimento

A intervenção em territórios de matriz híbrida entre o rural avançado e tradicional e a forte e simultânea influência das economias urbanas fez emergir como questão crítica a crescente importância das competências. A este nível, a intervenção de entidades como o Monte - Desenvolvimento do Alentejo Central, A.C.E. [Agrupamento Complementar de Empresas] é decisiva para a mudança de orientação da passividade das competências administrativas dominantes nas organizações no território, organismos da administração pública desconcentrada, autarquias, associações sectoriais e outras, para competências de organização pró-activa dos recursos, numa perspectiva de intervenção estratégica e promotora de valor no território.

O enfoque nas organizações e nas suas competências críticas deve ser a prioridade de intervenção em processos de modernização e adaptação a novos padrões de gestão e inovação. As ADL (Associações de Desenvol-

vimento Local), como o Monte, têm um papel decisivo no desenvolvimento de processos de aprendizagem interna nas organizações, na institucionalização de processos de formação contínua dos técnicos e das suas competências individuais, na introdução de práticas de gestão participada do conhecimento e da inovação e na reformulação de procedimentos de acção e decisão.

Mas mais decisiva ainda para o Monte tem sido a intervenção no patamar interorganizacional, onde são estratégicas as competências de trabalho em rede e a integração de recursos no planeamento integrado. As organizações existentes estão, de modo geral, centradas no seu centro de decisão interna e na perspectiva da segmentação do exercício das suas competências institucionais. Este modelo torna muito difícil a criação de verdadeiras redes de acção estratégica no território. A disseminação de competências de trabalho em rede, negociação e decisão participada, avaliação e planeamento, trabalho em equipa interinstitucional é todo um programa de capacitação territorial em curso que deverá ser prioritário para programas como o LEADER.

As competências de trabalho em rede e verdadeiras parcerias (de compromisso institucional real), orientadas para a investigação e desenvolvimento produtor de inovação e capacidade organizacional, são críticas e determinantes para a competitividade de territórios com baixa densidade de conhecimento, como é o da intervenção do Monte.

É crítica a competência do Monte, de mediação e planeamento em redes e parcerias alargadas no território, que incluam os serviços, as autarquias, as empresas e suas associações, as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), associações culturais e outras, escolas e universidades, capazes de definir projectos com escala e transversalidade suficiente para produzir impactos territoriais significativos e estruturantes.

António Baptista

Consultor de Planeamento e Avaliação



Valorização de práticas e saberes tradicionais em meio rural

Da experiência de trabalho do Monte e, no contexto desta edição do jornal "Pessoas e Lugares", importa realçar duas intervenções desenvolvidas, com o objectivo de aproximar os jovens de profissões características do seu território. De uma forma geral, os jovens dos territórios rurais tem pouco ou nenhum interesse pelas profissões endógenas do seu território. Neste quadro, entram todas as actividades que tradicionalmente foram desenvolvidas ao longo dos anos no Alentejo, fruto da disponibilidade de recursos naturais e de perícia humana para os trabalhar. Com a audácia de tentar contrariar esta tendência, o Monte concebeu e implementou, com parceiros nacionais e transnacionais, duas iniciativas enquadradas no Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, com o fim último de potenciar o emprego dos jovens na região do Alentejo, em actividades tradicionais.

Ambas as iniciativas permitem reforçar a ideia de que os saberes e as competências instaladas em meio rural constituem um elemento mobilizador e potenciador do desenvolvimento do território e do emprego, particularmente junto das camadas mais jovens. Para tal, a sensibilização e informação dos jovens sobre as oportunidades existentes na sua região, associadas a profissões socialmente desvalorizadas, constitui-se como uma prioridade para a sua qualificação, bem como do território em que vivem.

Inácia Lopes Rebocho
Monte

O Projecto Artesanato XXI - Novas Práticas de Integração Sócio-profissional, que decorreu entre 2001 e 2004, focou essencialmente a sua intervenção na sensibilização dos jovens para os ofícios tradicionais, demonstrando a inovação técnica e de *design* que integra esta actividade. No contexto do projecto, foram experimentadas, entre os jovens e os artesãos, novas formas de trabalhar os recursos naturais, como por exemplo, a pedra mármore, o barro, a madeira e a lã, que estimularam o interesse dos jovens por cada uma das actividades desenvolvidas, bem como, pelo desempenho de uma actividade nesta área. A experiência da partilhada de conhecimento e saberes entre os jovens e os artesãos permitiu também reforçar conhecimentos sobre o seu território, passando os jovens a valorizar os saberes e perícia técnica dos mestres artesãos.

O Projecto Nova Agricultura - Novo Desenvolvimento Rural, em curso até 2007, tem como objectivo promover os novos saberes e competências associadas a profissões ligadas ao sector agrícola e ao mundo rural. Nesta intervenção são disponibilizadas aos jovens oportunidades de contacto directo com os agricultores, o que lhes permite identificar as competências associadas a estes profissionais. A valorização destas profissões junto dos jovens, passa pelo destaque da sua importância no território rural, bem como do seu carácter inovador e evolutivo, em termos actuais.

As marcas do LEADER no desenvolvimento local

A intervenção da Marca

É na perspectiva de inovação, nomeadamente no que concerne às dinâmicas de aprendizagem, que a Marca - Associação de Desenvolvimento Local, para além do seu plano de formação, presta um relevante apoio no processo de revalidação e certificação de competências, desenvolve de acções de educação/sensibilização ambiental e diversos *workshops*, que resultam da percepção das necessidades da população, numa abordagem territorial integrada ascendente. Neste domínio, a Sala de Formação, infra-estrutura que resultou da adaptação de uma antiga garagem, cujas obras, juntamente com o equipamento, foram apoiados pelo LEADER II, revelou-se um instrumento crucial.

De acordo com a perspectiva de desenvolvimento desta associação, a capacidade de inovação será tanto maior quanto maiores forem as dinâmicas de aprendizagem, e quanto maior for a capacidade de interacção entre os agentes do território.

Na perspectiva de fomentar esta interacção, a Marca promoveu quatro edições de “Encontros de Projectos Locais”. Nas duas últimas, apoiadas pelo LEADER+, sob as temáticas “Inovação em Espaço Rural: o contributo dos projectos locais” e “Diferenciação e Qualidade: o desafio dos projectos locais”, 3ª e 4ª respectivamente, pretendeu-se a constituição de um fórum, caracterizado por dois momentos distintos: num primeiro momento, o enquadramento conceptual da temática escolhida e, num segundo momento, a apresentação das novas iniciativas empresariais implementadas em Montemor-o-Novo desde a edição anterior, sendo esta apresentação efectuada pelos próprios empresários.

Deste modo, procedeu-se à contextualização teórica de conceitos, como desenvolvimento, desenvolvimento em espaço rural, inovação, práticas inovadoras e critérios de excelência, proporcionando aos participantes um momento de reflexão em torno dos conceitos que presidem ao trabalho de muitas das instituições/agentes presentes no território, sem que em muitos dos casos haja a consciência que estes conceitos estão presentes nas práticas diárias; apresentaram-se algumas das novas iniciativas empresariais implementadas em Montemor-o-Novo, colocando o enfoque dessa apresentação nos aspectos inovadores e de excelência do projecto e dos efeitos desse projecto para o desenvolvimento e para o aparecimento de uma cultura de excelência do/no território; definiram-se novas metodologias de trabalho para as instituições/agentes presentes no território e estimulou-se a acção criativa das instituições/agentes, tendo em vista uma cultura de excelência, em projectos que venham a desenvolver futuramente.

Na sequência destes encontros, registaram-se um conjunto de novas interacções, que se crê serem cruciais para uma maior proximidade organizacional entre os agentes participantes.

Estas são algumas das marcas da Marca; marcas que, apesar de uma controlada expressão financeira, teriam a sua existência colocada em causa sem o apoio verificado no âmbito dos programas LEADER II e LEADER+. Reflectin-

Passeios da Primavera

Organizados desde 1999 pela Marca, os “Passeios da Primavera” são percursos pedestres temáticos que propõem a interpretação da paisagem rural com recurso a guias “especializados”, cientistas ou habitantes do território, detentores de saberes particulares.

A iniciativa pretende promover alternativas criativas para o desenvolvimento dos territórios rurais, em resposta a um desejo crescente de aproximação à natureza e de conhecimento e fruição dos valores e saberes do mundo rural. A sua especificidade reside no estimular da interpretação do território através da conjugação de olhares diversos e diferentes saberes e conhecimentos.

Nos “Passeios da Primavera” percorrem-se caminhos de terra, cursos de ribeiras, trilhos de comboios desactivados, acompanhados pelos que vivem ou estudam o território à procura dos vestígios pouco visíveis ou menos conhecidos do património cultural e natural.

Uma forma diferente de fruir, conhecer e valorizar as paisagens e o património, potenciando novas valências aos territórios rurais e seus habitantes, no respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável.

A 8ª edição dos “Passeios da Primavera”, que decorreu entre 8 de Abril e 24 de Junho, integrou cinco percursos pedestres: “Plantas medicinais e aromáticas”, com o mestre José Salgueiro; “Monumentos megalíticos: tradições, lendas e reutilizações”, com os arqueólogos Catarina Oliveira e Cornelius Holtorf; “O monte alentejano: lugar de memórias e vivências”, com a historiadora Maria Conceição Reis; “Religiosidade popular e antigos santuários na Serra do Monfurado”, com o sociólogo das religiões Moisés Espírito Santo; “Brincar com as coisas da Natureza. Construção de brinquedos com bolotas, bugalhos, canas, paus, cortiça... para crianças, pais e avós”, com o pedagogo João Amado.

do sobre o impacte destes apoios na actividade da Marca, afere-se que a sua existência, nomeadamente ao nível das infra-estruturas, potencia o desenho e implementação de outros projectos/abordagens de desenvolvimento integradas e sustentáveis, registando-se assim um efeito multiplicador significativo. Estas marcas contribuem para a ponte entre a tradição e a modernidade, na definição de um modelo de desenvolvimento local qualificado e inovador para Montemor-o-Novo.

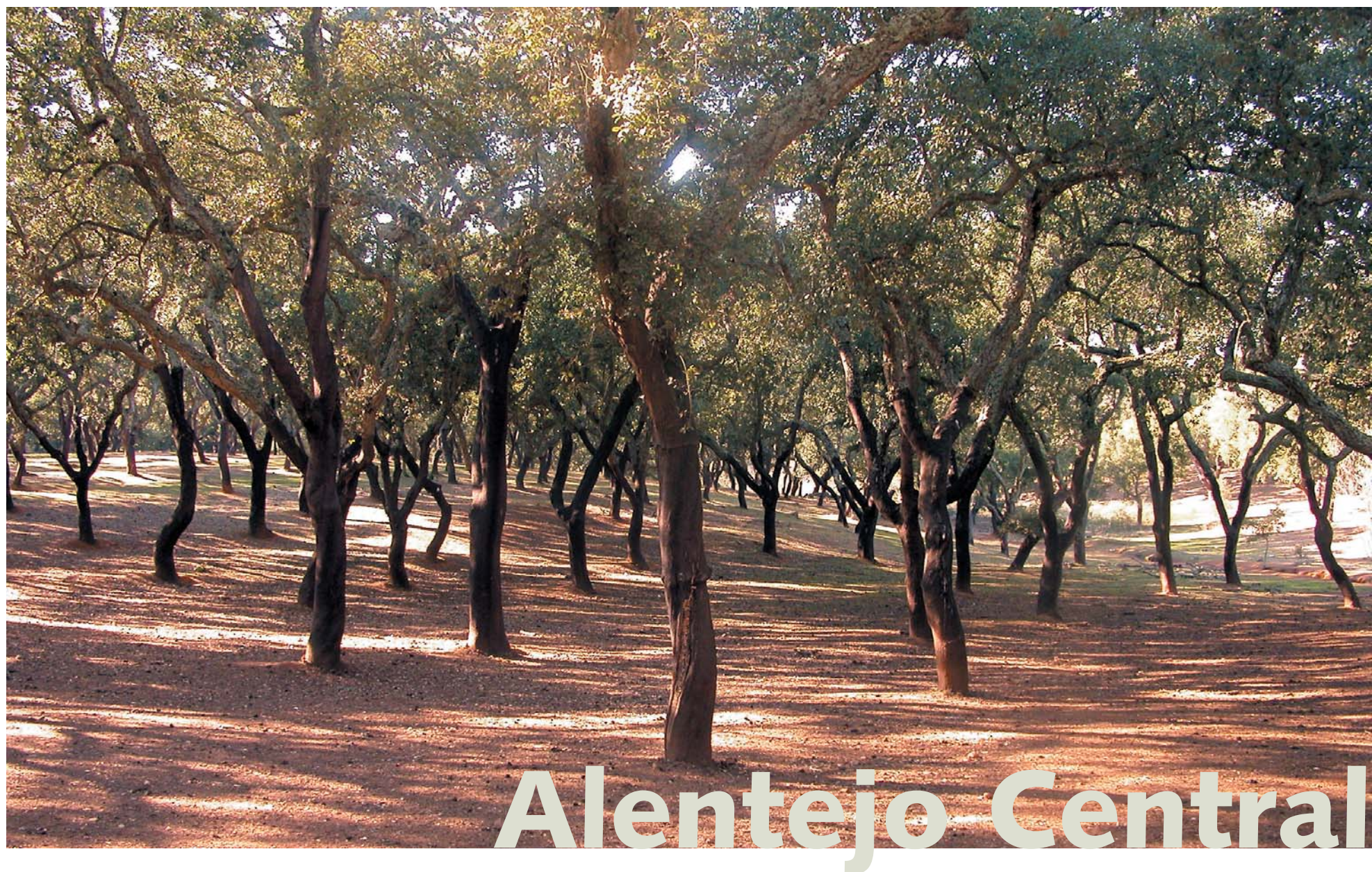
Fundada em 1997, a Marca é uma entidade sem fins lucrativos que surgiu com o objectivo de contribuir de forma activa para o aparecimento e consolidação de uma estratégia participada de desenvolvimento qualificado para Montemor-o-Novo.

A sua actuação no território é pautada por uma estratégia coerente baseada em domínios-chave, como a promoção de acções na área sócio-cultural, preservação ambiental, valorização do património ambiental e construído, formação e qualificação, apoio à criação/promoção de empresas e serviços de qualidade, nomeadamente na área de apoio às artes e ofícios tradicionais. A génese da Marca esteve associada à reabilitação do Telheiro da Encosta do Castelo. Uma unidade de produção artesanal de material cerâmico para construção e decoração, com recurso às matérias-primas e aos saberes-fazer locais, cujas obras, quer de recuperação da estrutura existente, quer de construção de novas infra-estruturas, e aquisição de equipamento de apoio, foram apoiadas pelo LEADER II.

Esta unidade revela o seu carácter inovador ao associar-se a investigadores na arte da construção em terra, escultores e *designers*, que asseguram um conjunto de acções de investigação e produção artística, que permitem a inovação dos produtos, assegurando a utilização de técnicas ancestrais numa perspectiva de sustentabilidade cultural e ambiental.

Licinia Seródio
Marca





Marco Minilha

Território de características interiores e rurais, com um grande centro regional urbano, que é a cidade de Évora. Com extensas áreas planas, a região prima de importantes recursos naturais e enraizado património histórico-cultural. Atractivos que fazem do turismo um sector em expansão, aliado a produtos locais de merecida fama.

Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa. Dez concelhos - dos 14 do distrito de Évora -, agrupados na NUTS III Alentejo Central, integram a Zona de Intervenção (ZI) do Monte no âmbito do programa LEADER+. Um total de 63 freguesias, excluídas duas freguesias do concelho de Montemor-o-Novo, por já estarem incluídas na ZI da associação Terras Dentro, oito freguesias do de Évora, consideradas urbanas¹, assim como o núcleo urbano de Vendas Novas², onde residem 92.294 habitantes³. Destes, 51,3% situa-se no escalão etário "25 a 64 anos", 27,4% tem menos de 25 anos e 21,3% mais de 64 anos⁴.

Considerando esta delimitação geográfica, a ZI abrange uma área geográfica de 5.384 km² assim distribuídos: Alandroal (545 km²); Arraiolos (684 km²); Borba (145 km²); Estremoz (514 km²); Évora (1.178 km²), Montemor-o-Novo (1.224 km²); Redondo (370 km²); Reguengos de Monsaraz (461 km²); Vendas Novas (70 km²) e Vila Viçosa (195 km²).

No conjunto das freguesias da ZI do Monte, a variação da população residente entre 1991 e 2001 não acompanha a tendência positiva (0,2%) da respectiva NUTS III, registando-se uma queda populacional de 2.470 habitantes. Considerando os valores globais do território, os números dos Censos de 2001, do Instituto Nacional de Estatística (INE), assinalam um aumento de população residente nos concelhos de Vendas Novas (10,9%), Estremoz (5,1%) e Évora (1,4%). Em todos os outros, a variação de população residente, entre 1991 e 2001, é negativa, com os concelhos de Alandroal (-10,4%), Redondo (-8,3%) e Arraiolos (-7,2%) a registarem os valores mais significativos.

De acordo com a coordenadora da equipa técnica do Monte, Marta Alter, o aumento do número de habitantes no território, que se verifica nas sedes de concelho, dá-se sobretudo pela entrada de pessoas provenientes do estrangeiro e não tanto de outros concelhos. Os imigrantes são, na sua maioria, brasileiros e oriundos de alguns países do Leste europeu, fixando-se os primeiros principalmente nas freguesias urbanas e os segundos nas áreas rurais. O fenómeno é particularmente visível nos concelhos de Évora e Montemor-o-Novo. No caso do concelho de Vendas Novas, Marta Alter assinala a proximidade de Setúbal como factor de atracção de população, quer de outros concelhos do Alentejo Central, quer da Península de Setúbal, em busca de habitação a preços mais acessíveis e emprego.

A este nível, e de acordo com dados do Monte, é de referir que a taxa de desemprego no território é superior à média nacional, situando-se nos 8,8%. Por concelho, na sua globalidade, os Censos de 2001 indicam uma taxa de desemprego inferior à registada em 1991 em todos os concelhos, à excepção de Reguengos de Monsaraz. As maiores descidas verificam-se no Alandroal (14,3% em 1991; 8,7% em 2001), Estremoz (8,3% em 1991; 5,9% em 2001); Redondo (10,4% em 1991; 7% em 2001) e Vendas Novas (9,7% em 1991; 5,7% em 2001).

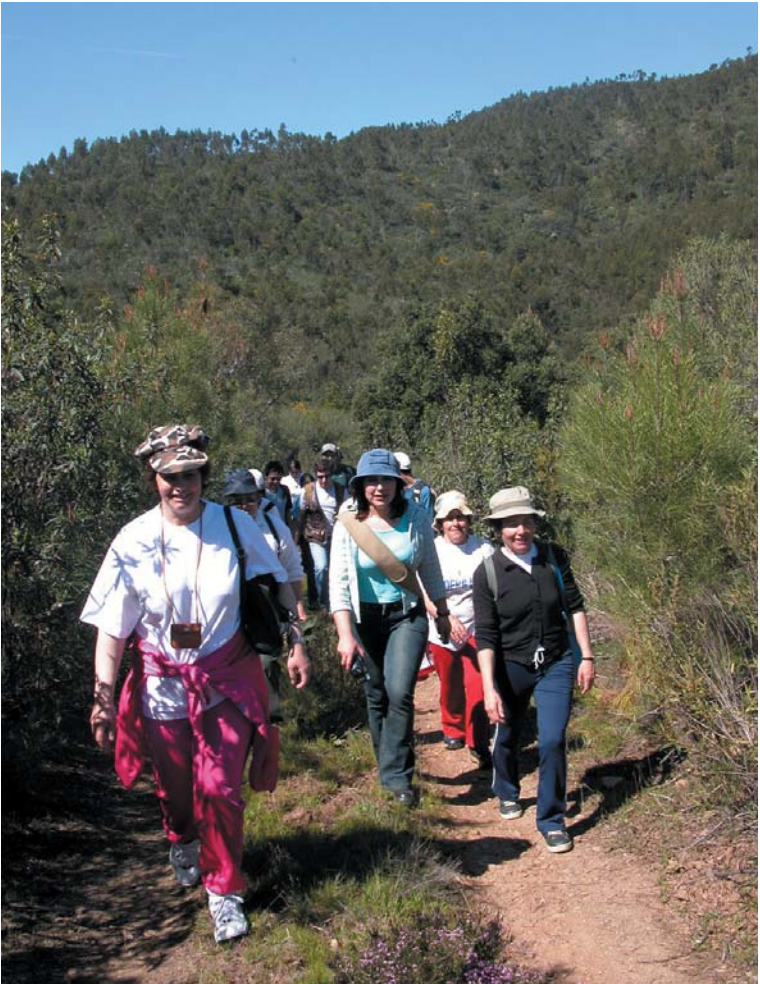
Por sectores de actividade, o sector terciário absorve 43,7% da população activa, o sector secundário 32% e, finalmente, o sector primário 24,3%. A agricultura é ainda geradora de riqueza, por via da vitivinicultura (designadamente nos concelhos de Borba, Redondo e Reguengos de Monsaraz - com vinhos afamados), silvicultura (constituindo a cortiça uma importante fonte de receita, designadamente no concelho de Évora) e agro-pecuária, sobretudo criação extensiva de gado, recaindo a aposta cada vez mais nas raças autóctones, como a raça bovina Mertolenga.

O peso da indústria advém sobretudo da exploração e transformação do mármore. Uma actividade que vem registando alguma retracção nos últimos anos, segundo Marta Alter, mas que, ainda assim, pesa em termos económicos, designadamente nos concelhos de Vila Viçosa, Borba e Estremoz - conhecida como a cidade do mármore. A indústria de transformação de carnes é outra actividade que merece referência. Em Montemor-o-Novo, a zona industrial da Adua constitui-se como um instrumento fundamental para o desenvolvimento da região. O comércio e os serviços são sectores em crescimento no conjunto dos concelhos

da ZI. Os estabelecimentos ligados à restauração conheceram um enorme *boom* na década de 90, aliado ao crescimento do turismo. Évora surge como o principal pólo regional a este nível. É também nesta cidade que se encontra centralizada a oferta em termos de cultura, educação e saúde, assim como, os serviços da Administração Pública. Évora, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa são os principais pólos de desenvolvimento da região, que permitem a criação de bolsas de desenvolvimento especializadas, tendo em vista as áreas de influência, as competências de cada pólo e as características das zonas rurais que por elas estão enquadradas. As boas acessibilidades ao Norte e ao Sul do país (A6/IP7 e IP2) são outra das particularidades deste território, igualmente bem servido ao nível dos transportes e comunicações. Um território de características físicas e morfológicas muito semelhantes, com extensas áreas planas e relevo ondulado pouco acentuado. Com 653 m de altitude, a Serra de Ossa é o sistema montanhoso de maior importância na ZI do Monte. As serras de Monfurado, Portel e Mendro pouco ultrapassam os 400 m.

Património da Humanidade

Com património histórico-cultural muito presente e sobretudo enraizado, o turismo é igualmente um sector em forte expansão na região. Reguengos de Monsaraz é um concelho rico em vestígios deixados pelos antepassados: antas, menires e cromeleques. Património arqueológico que marca igualmente forte presença em Montemor-o-Novo, de que o conjunto arqueológico do Escoural é um bom exemplo. Estremoz assinala, este ano, os 700 anos do Castelo de Évoramonte. Évora destaca-se pelo seu importante centro histórico, delimitado pelas muralhas medievais. Entre os mais importantes monumentos da cidade, referência obrigatória para o seu *ex-libris* - o Templo Romano. Um riquíssimo património histórico-monumental que se manteve preservado, aliado a uma forte identidade cultural e que levaram à classificação da cidade de Évora como Património da Humanidade em 1986 pela UNESCO. A existência de importantes recursos naturais apresenta igualmente enormes potencialidades para aquele sector. Quase 22 por cento da superfície da ZI do Monte, pertence à Rede Natura 2000. Os espaços protegidos dividem-se em Zonas de Protecção Especial (ZPE), criadas ao abrigo da Directiva “Aves”, Zonas Especiais de Conservação (ZEC), ao abrigo da Directiva “Habitats” e Áreas Importantes para Aves ou IBA (do inglês *Important Bird Area*). Nos Sítios de Cabrela e Monfurado (Rede Natura 2000) predominam as áreas de montado, sobretudo de sobre (*Quercus*



Serra de Ossa / Marco Mirinho



* Com exclusão de duas freguesias de Montemor-o-Novo, oito de Évora e núcleo urbano de Vendas Novas, assinaladas no texto

suber) mas também de azinho (*Quercus rotundifolia*). A flora e a fauna pontuam quer pela riqueza quer pela diversidade e os recursos cinegéticos e piscatórios apresentam-se em abundância. Na opinião da coordenadora da equipa técnica do Monte, as empresas de animação têm sabido tirar partido do produto Natureza, multiplicando a oferta de passeios pedestres, formações *outdoor* etc. e privilegiando os produtos locais e a gastronomia. Ao nível do artesanato da região, sobressaem os famosos tapetes de Arraiolos (bordados ao longo dos séculos), as mantas alentejanas de Reguengos, a cerâmica do Redondo e de São Pedro do Corval (primeiro centro oleiro do país), o figurado de Estremoz, os estanhos de Vila Viçosa, e o colorido mobiliário alentejano. Os trabalhos em madeira e cortiça, fortemente inspirados na arte pastoril, enriquecem o panorama artesanal da ZI do Monte. Nos produtos tradicionais, o destaque recai no vasto leque de produtos com nomes protegidos, como a carne de bovino raça Mertolenga (DOP), borrego de Montemor-o-Novo (IGP), carne de porco Alentejano (DO), enchidos de Estremoz e Borba (IG), mel do Alentejo (DOP) e queijo de Évora (DOP). Ingredientes decisivos na gastronomia local, com um enorme património de receitas inventariadas. São famosas as sopas, as migas, as açordas... Ou o cozido, o ensopado do borrego ou os pézinhos de coentradada... Quanto aos doces, além do tipicamente eborense pão-de-rala, refira-se as tão apreciadas tibornas de amêndoa e gila, o sericaia e as queijadas, entre outras apetitosas guloseimas. Para acompanhar os vinhos... do Alentejo... de Borba, Redondo e Reguengos de Monsaraz. Considerados do melhor que dá a generosa terra Alentejana...

Paula Matos dos Santos

¹ De acordo com o PDL do LEADER+ do Monte (conforme PDM de Évora)
² De acordo com o PDL do LEADER+ do Monte (conforme PDM de Vendas Novas)
³ De acordo com o PDL do LEADER+ do Monte, sustentado pelos resultados provisórios dos Censos 2001, do INE
⁴ Valores que incluem as freguesias excluídas



Castelo de Évoramonte / Francisco Borêlho

MONTE

Desenvolvimento do Alentejo Central, A.C.E.



Constituído em 1996, como resposta à “expectativa de existência do programa LEADER neste território”, o Monte assumiu o modelo, ímpar em território nacional, de Agrupamento

Complementar de Empresas (ACE). A solução encontrada para contemplar a dinâmica associativa do território, patente nas quatro associações que o constituem: ADIM - Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz, ADMC - Associação de Desenvolvimento Montes Claros, Aliende - Associação para o Desenvolvimento Local e Trilho - Associação para o Desenvolvimento Rural, que representam 679 entidades.

Para Marta Alter, coordenadora do Grupo de Acção Local (GAL) do Monte, o modelo ACE “surge associado a um determinado objectivo ou projecto”, de modo a conciliar “personalidades e sensibilidades muito distintas” sem que se perca a identidade. Ainda segundo a coordenadora, o modelo “convida a exercer a democracia”, através da obrigatoriedade de alternância anual dos órgãos sociais, em sistema de rotatividade entre os quatro parceiros do ACE.

Todo o território está abrangido pelas quatro associações do agrupamento, cabendo ao Monte “avançar para zonas [áreas de intervenção] onde as associações não estão presentes”. Face a esta lógica, o “Monte propõe-se a conduzir projectos, para os quais convida associados”, numa lógica de intervenção conjunta, com a “perspectiva de dotar as associações de competências técnicas”.

Embora alicerçado no LEADER+, tal como acontecia com o LEADER II, como programa de raiz, a actividade do Monte cedo se alargou a outras áreas, assumindo um território mais abrangente do que neste programa. Começou com os Centros Rurais do PPDR (Montoito e Vieiros), em 1998, com projectos geridos por ADMC e Aliende, sob responsabilidade do Monte, enquanto Trilho e ADIM eram responsáveis por actividades de promoção. “Um processo muito experimental”, revela Marta Alter.

Órgãos sociais

Conselho de Administração Presidente ADIM (Jorge Paulo Sanches da Cruz) | Vice-presidente Trilho (Jorge Manuel Oliveira Pinto) | Vogal ALIENDE (Eduardo Álvaro Figueira) | Vogal ADMC (Mário de Deus) | **Assembleia-geral** Presidente ALIENDE (Ana Maria Claré) | Vice-presidente ADMC (Angelo de Sá) | Secretário Trilho (Joaquim Lopes) | **Conselho Fiscal** Presidente Trilho (Jerónimo Loios) | Vogal ADIM (Paulo Frutuosa) | Vogal ADMC (David Guégués) | **Conselho Consultivo e de Cooperação** Cooperativa de Olivicultores de Borba

Associados

ADIM (462 associados: 420 individuais, 24 empresas, 3 administração local e 15 associações); ADMC (38 associados: 32 individuais, 1 empresa, 2 administração local e 3 associações); ALIENDE (47 associados: 45 individuais, 1 empresa e 1 organismo local); TRILHO (92 associados: 42 individuais, 5 empresas, 34 organismos públicos e 11 associações)

Segue-se o PIPPLEA, com três projectos aprovados, em que a “estratégia era dotar o território de várias intervenções” (Monte, Aliende e ADMC). A iniciativa EQUAL prolonga os “resultados do PIPPLEA”, com as mesmas associações, através do projecto “Artesanato XXI”, que visa reforçar a empregabilidade no artesanato, e “Nova agricultura”, nesta actividade.

Os projectos “CASA - Rede de Solidariedades”, enquadrado no eixo 5 do POEFDS, que engloba estudos, animação sócio-cultural e formação profissional, e o Projecto ParticipAR (Progrid), que integra a Escola Sénior do Mundo Rural, exemplificam uma actuação em que a área social tem “cada vez mais peso”, e que está patente na participação nas redes sociais de Arraiolos, Vendas Nova e Montemor-o-Novo.

Acreditado como entidade formadora pelo INOFOR e pelo Instituto para a Qualidade na Formação, o Monte tem apostado na formação, a partir de um “plano concluído com associadas, em função das necessidades locais”. Desde 2002 que tem tido várias acções EFA (Educação e Formação de Adultos), ao mesmo tempo que recebe uma extensão de CRVCC (Centro de Reconhecimento e Validação de competências).

Reconhecido como organização não governamental, desde 11 de Novembro de 2002, o Monte tem desenvolvido ainda projectos de cooperação territorial com países de língua oficial portuguesa. O LEADER, sob o tema-forte de “Promoção e Valorização dos Produtos, Serviços e Saberes Locais”, é o elemento de ligação que cruza no agrupamento as quatro associações integradas, bem como as diferentes dinâmicas de intervenção. Marta Alter salienta que a “estratégia LEADER é extremamente importante como metodologia”, sem menosprezar outras abordagens.

Monte

R. Joaquim Basílio Lopes, 1
7040-066 Arraiolos
Tel.: 266 490090 / Fax: 266 419276
E-mail: monte@monte-ace.pt / http://monte-ace.pt

Equipa Técnica do GAL



Marta Alter

Coordenadora

Um anúncio de jornal fê-la largar a carreira de funcionária pública nos gabinetes do Ministério da Economia e responder ao apelo de “aproximação às pessoas”, no Monte. Para trás fica o percurso lisboeta, com licenciatura de Economia, no ISEG, e Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, na Universidade Técnica de Lisboa. A troca revela-se positiva. “Gosto muito do trabalho que faço”, revela. Marta Alter acredita que “faz sentido trabalhar com pessoas e procurar resolver coisas próximas” A mudança traduziu-se em “qualidade de vida”, mas na hora da escolha, o desenvolvimento local leva vantagem: “Vejo-me com facilidade a trabalhar num bairro”.



Maria Casinhas

Técnica superior

Nascida em Évora, viveu sempre em Arraiolos, até que os estudos, a partir do 9º ano, a arrancam de volta à capital de distrito. Completada a licenciatura em Economia, não passa um mês até entrar directamente no Monte. Começa no Projecto Matiz (IEFP), mais tarde no Centro do Tapete (Arraiolos), até ao começo do LEADER+, quando passa a trabalhar principalmente com este programa. “Gosto do contacto com pessoas”, afirma, mas também faz análise de projectos e acompanha fiscalizações. Sobre o LEADER, considera que tem dado um “contributo importante” para a região. Os méritos estão lá, o problema são os constrangimentos financeiros.



Rosa Sampaio

Técnica financeira

O ingresso na Universidade de Évora, para o curso de Gestão de Empresas, fê-la trocar uma aldeia próxima de Viseu, pela cidade alentejana. Fez o curso... e ficou. Primeiro, num estágio profissional de seis meses na Direcção de Finanças de Évora. Mais tarde, no Centro de Emprego Protegido da CEPMEI. Até que o PIPPLEA lhe abre as portas do Monte. Assume a “execução financeira, organização e contabilidade”. Uma responsabilidade que se alarga a “todos os projectos”. Acredita que é um “tipo de trabalho em que se aprende muita coisa”.



Rosário Cuba

Administrativa

Não tinha terminado o 12º ano em Estudos Humanísticos, em Évora, e já Rosário Cuba integrava o turbulento panorama profissional do interior alentejano. Duas formações na área de hotelaria e uma em tapeçaria, trabalhos como recepcionista de hotel, numa loja de tapetes e na Câmara de Arraiolos, marcam o percurso até saber que o Monte queria contratar uma administrativa. Uma prova de informática e uma entrevista garantem-lhe a ansiada resposta: “seleccionada”. Seduzida pelo trabalho que tem, salienta a “variedade” e a possibilidade de “se aprender muito”.

Gabinetes de Intervenção Rural (GIR)



GIR da ADMC

Anabela Consolado, 36 anos, natural de Vila Viçosa; possui o bacharelato em Gestão e Criação de Empresas, e frequenta a licenciatura em Gestão Estratégica; na ADMC desde 1998.



GIR da Aliende

Anabela Mariz, 32 anos, natural de Bragança, é formada em Engenharia Agrícola e tem uma pós-graduação em Planeamento e Avaliação em processos de desenvolvimento; desde 1999 na Aliende.



GIR da Trilho

Leonor Romão, 29 anos, natural de Portimão, é licenciada em Sociologia. Está na Trilho desde 2000.



GIR da ADIM

Maria João Dias, 28 anos, natural de Reguengos de Monsaraz, é licenciada em Contabilidade e Finanças; desde 2002 na ADIM.

Textos de João Limão

PDL LEADER+

Valorizar os produtos locais

O Plano de Desenvolvimento Local (PDL) do agrupamento Monte, no âmbito do programa LEADER+, adopta como tema a “Promoção e Valorização dos Produtos, Serviços e Saberes Locais”, enquadrado no tema federador: Valorização dos produtos locais.

A opção assenta na “perspectiva de que se trata de um eixo federador que contribui para o desenvolvimento sustentável, a criação de riqueza, a promoção da igualdade, e o reforço da empregabilidade no território”, e visa corresponder aos objectivos específicos delineados para o “Alentejo Central”: requalificação dos territórios rurais, criação de redes de serviços técnicos de apoio directo às actividades produtivas e ao movimento associativo, consolidar o tecido económico nos sectores de produtos e actividades tradicionais, estruturação de circuitos promocionais e de redes de comercialização, reforçar as qualificações, preservação e valorização do património ambiental e cultural, e reforçar as parcerias entre territórios rurais.

Uma intervenção ampla e variada que, segundo dados do agrupamento, surge dividida em quatro temas fortes: Salvaguarda do ambiente e da paisagem, Preservação do património e da identidade cultural dos territórios rurais, Valorização dos produ-

tos locais, e Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das zonas rurais.

Segundo a coordenadora do GAL do Monte, Marta Alter, a “abordagem LEADER, muito territorial, traz muitas vantagens sobre outras abordagens”, e a diversidade da intervenção respeita a “identidade e sensibilidade das associações” que compõem o agrupamento, e que estão direccionadas para diferentes áreas. O “reforço institucional” do associativismo está patente nos investimentos aprovados.

Em relação ao tipo de destinatário, o investimento aposta, em especial, no sector privado, que corresponde a 87 por cento do total aprovado. Uma análise mais detalhada permite verificar que as empresas são os principais destinatários, representando 44 por cento do valor de investimento e 30 por cento dos projectos. O conjunto “ADL + ONGA” absorve 21 por cento do valor, enquanto os Centros Recreativos e Culturais correspondem a 18 por cento.

Com um PDL LEADER+ de 5.711.555,00 euros, o agrupamento Monte aprovou, até ao final de Maio, um total de 156 projectos, num investimento total aprovado de 4.882.476,00 euros. Correspondendo a 65 projectos na Medida 1, 85 projectos na Medida 2, e seis na Medida 4.

Um fim-de-semana no **Alentejo Central**

Trabalhando identidades

Azinhal Abelho, poeta nascido em Orada em 1911, escreveu num poema em que se definia: “O meu brasão? / O meu timbre? / A minha casta? / Sei donde vim ? / Sei. Sou filho de tisudos lavradores / com trigo no armorial, criados com / sangue da terra, à sombra de um azinhal...” Nestes versos descubro a força telúrica do alentejano, que só existe no seio da sua identidade. Nestes versos descubro o sentido do esforço de uma associação de desenvolvimento, atenta aos sinais de recuperação da identidade das suas comunidades. Através destes versos descubro uma outra forma de visitar o Alentejo.

Arraiolos é uma daquelas terras que não se pode morrer sem conhecer. Para se subir ao castelo, mandado edificar por D. Dinis, e percorrer as suas muralhas e ruínas do Paço dos Alcaldes ou visitar a Igreja do Salvador, já do século XVI. E para contemplar lá do alto, o vasto e denso casario da povoação, recheada de elementos patrimoniais, civis e religiosos, como a Casa dos Arcos, a Igreja Matriz, o Convento dos Lóios. E para espreiar os olhos ao longo da planície alentejana, a perder de vista. Conhecida mundialmente pelos seus tapetes, bordados por mãos de mestras ao longo dos séculos, tem hoje na sua manufactura uma das mais importantes actividades económicas. E agora, ao menos uma vez por ano, “o tapete sai à rua”, uma iniciativa de animação que ao longo de alguns dias traz, literalmente, as preciosidades dos bordados de Arraiolos para as ruas da vila, numa orgia de cores. Comece então este fim-de-semana por Arraiolos e parta depois à descoberta das identidades alentejanas, sabiamente preservadas e valorizadas pelos seus habitantes.

Dê uma saltada à Igreja, ali ao lado, junto à barragem do Divo. Visite o Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto e perca-se no meio da gente que o frequenta. Tente-se mesmo por um jogo de cartas e sirva-se dele como introdução para as longas histórias que não deixarão de lhe contar. Mas não se esqueça de visitar o “Espaço Etnográfico e de Artesanato” que, em três salas, o introduz às vivências tradicionais das gentes e das artes da freguesia.

Siga depois para Évora e suba ao castelo. Recorde ali o papel do povoado ao ser palco da convenção que deu fim às lutas entre D. Miguel e D. Pedro, irmãos em luta pelo trono do reino de Portugal. Ali existe uma associação que dá pelo nome de LACE - Liga dos Amigos do Castelo de Évora, que sonha em transformar o local em símbolo da paz e da conciliação, o que não deixa de ser oportuno no mundo em que vivemos, e que dá corpo a um restaurante que lhe poderá ser uma boa introdução aos sabores alentejanos. Do alto do castelo contemple a Serra de Ossa e o montado a perder de vista. Se é amante das caminhadas, largue tudo e renda-se aos “Circuitos da Serra de Ossa”, pelo trilho dos Monges, pela estrada da meia serra, pelas memórias do canal, pela rota das grutas, pela fonte Ferreirinha, pelo Endovélco, pela fonte das Hortas ou então pela crista da serra. Oito oportunidades de conviver com uma natureza ainda exuberante e virgem.

Siga depois para Estremoz, mas antes de entrar na cidade, visite a Quinta de D. Joana, produtora do bom vinho alentejano. Ali pode desfrutar de uma sala de provas devidamente apetrechada, conhe-

cer melhor as qualidades específicas do vinho, degustá-lo com calma se tem tempo para tanto e comprá-lo para beber mais tarde, com saudade é certo, mas sempre com prazer... E porque a linha condutora da sua descoberta são as identidades alentejanas, não deixe de visitar o Museu Rural existente no Centro Cultural de Estremoz. Aproveite o pretexto de tomar um café no Arcada, para contemplar aquela fachada insólita do período da Arte Nova, única no país. Depois, em qualquer vão de escada – procure as “Irmãs Flores” – não deixe de visitar uma loja de artesanato e apreciar a louça delicada ou o original figurado.

Em Borba, nome que traz irremediavelmente a referência do vinho, não faltarão motivos de interesse a descobrir. Mas cabe-me chamar-lhe à atenção para o trabalho cuidado de restauro de património que a paróquia local está a fazer numa das suas capelas, onde passará a ficar instalado um núcleo de Arte Sacra, possibilitando assim a recuperação de um importante espólio actualmente disperso. Muito em breve este núcleo passará a ser uma referência cultural no turismo alentejano, pelo que não será demais referi-lo já com antecedência.

A caminho de Vila Viçosa não deixará de se surpreender pelas explorações de mármore, que circundam a estrada. Uma das maiores riquezas do subsolo alentejano, o mármore da zona é responsável pela riqueza económica mas também pelo prestígio e nomeada da região em todo o mundo. Mas Vila Viçosa torna-se obrigatória pelo Palácio Ducal, pertencente à Fundação da Casa de Bragança e porventura a mais rica casa senhorial portuguesa. A sua visita orientada permite-nos introduzir num outro mundo, o mundo da história e da arte portuguesas, centradas numa família que marcou a sociedade e a política nacionais desde o século XIV.

Antes de deixar a região, dê uma saltada à povoação de Orada, dominada pela Igreja onde um padrão de azulejos recorda a oração do Condestável antes da batalha. Aí, na Junta de Freguesia, peça para visitar a colecção particular de Joaquim Azinhal Abelho, intelectual multifacetado do século XX. Ali encontra uma riquíssima colecção de marionetes e de trabalhos em chifre de boi.

Para lá da paisagem, para lá do património, para lá da gastronomia, para lá da actividade económica, o Alentejo só verdadeiramente se descobre quando se vislumbra a alma simples e grandiosa das suas gentes. O trabalho de recuperação e disponibilização das múltiplas identidades do território só poderão contribuir para render ainda mais os visitantes ao seu fascínio.

Francisco Botelho



Café arada, Estremoz / Francisco Botelho



Palácio de Vila Viçosa / Francisco Botelho

para dormir

- Casa D. Diogo**
Arraiolos
Tel. 266 490 025
- Casas do Telheiro**
Reguengos de Monsaraz
Tel. 266 557 475
- Monte dos Marmeleiros**
Estremoz
Tel. 268 332 325
- Monte dos Pensamentos**
Estremoz
Tel. 268 333 166
- Casa Quintal do Rossio**
Alandroal
Tel. 268 499 116
- Aldeia de São Gregório**
Borba
Tel. 268 802 140

para comer

- Pirâmides de São Pedro**
Alandroal
Tel. 268 449 383
- Tasca dos Coelhoos**
Borba
Tel. 268 890 066
- Sulitânia**
Vimieiro - Arraiolos
Tel. 266 467 879
- Adega do Cachete**
São Pedro do Corval
Tel. 266 549 568

para visitar

- Alandroal:** Castelo, Fortaleza de Juromenha, Castelo de Terena, Igrejas da Misericórdia e da Matriz
- Arraiolos:** Castelo, Convento dos Lóios, Pelourinho, Fonte da Pedra, Igrejas da Misericórdia e da Matriz, Espaço Etnográfico e do Artesanato de Igreja Matriz
- Borba:** Capela do Senhor Jesus dos Aflitos, Convento de N. Srª da Consolação do Bosque, Fonte das Bicas, Igreja Matriz, muralha do castelo, Paços do Concelho, Museu de Arte Sacra
- Estremoz:** Castelo, Capela de N. Srª dos Mártires, Igreja de São Francisco, Pelourinho, Castelo de Évora, Convento dos Congressos, Castelo de Veiros, Capela da Rainha Santa Isabel
- Évora:** Praça do Giraldo, Igreja da Misericórdia, Ermida de São Brás, Mosteiro de Santa Clara, Cromeleque dos Almendres, Termas e Templo Romano, Museu de Évora, Museu de Arte Sacra da Catedral de Évora, Centro de Interpretação Ambiental de São Matias
- Montemor-o-Novo:** Castelo, Convento de São Francisco, Igreja e Cripta de São João, Convento de N. Srª da Saudação, Casa da Câmara, Igreja da Misericórdia, Conjunto Arqueológico do Escoural
- Redondo:** Castelo, Convento de Santo António, Porta da Ravessa, Enoteca Municipal
- Reguengos de Monsaraz:** Porta da Vila, Castelo, Cisterna, Igreja Matriz, Igreja do Convento de N. Srª da Orada, Antas do Olival da Pega, Cromeleque, Pequenos menires do Xarês, Menir Fálco do Outeiro
- Vendas Novas:** Igreja Matriz, Chafariz Real, Museu Etnográfico e do Artesanato do Rancho Folclórico de Landeira
- Vila Viçosa:** Castelo, Real Convento de N. Srª da Esperança, Real Convento das Chagas de Cristo, Paço Ducal de Vila Viçosa, Terreiro do Paço, Pelourinho

para levar

- Tapetes de Arraiolos, olaria, mantas, arte pastoral, estanhos, mobiliário de Évora, esculturas em mármore, trabalhos em chifre, cestaria, latoaria, rendas, azulejaria, bordados, cantaria, chocalhos, correaria, tecelagem, peles, buinho, plantas aromáticas, Carne de bovino Mertolenga (DOP), Borrego de Montemor-o-Novo (IGP), Carne de Porco Alentejano (DO), enchidos de Estremoz e Borba (IG), Mel do Alentejo (DOP), Queijo de Évora (DOP), vinhos do Alentejo

Se houver gente para levar o barco para a frente

O Baixo Guadiana tem, pela primeira vez, a gestão local do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER. O LEADER+ tem sido o motor de desenvolvimento de uma parceria entre as associações de desenvolvimento ADPM (Associação de Defesa do Património de Mértola), Alcance (Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio) e Odiana (Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana), institucionalizada pela criação da entidade gestora Associação Terras do Baixo Guadiana. Para a definição do Plano de Desenvolvimento Local (PDL), os agentes locais, conscientes da ruralidade e periferia deste território, criaram uma estratégia centrada na dinamização das dimensões-base de desenvolvimento sustentável – território, ambiente, competências e quadro relacional rural/urbano. Para a atribuição de um tema forte, todos pareciam importantes. Uma frase surgiu sempre: “Se houver gente para levar o barco para a frente”. Decidiu-se, assim, pelo tema “Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das competências das zonas rurais”. O aproveitamento das amenidades locais, maioritariamente por explorar, constitui um incentivo à aquisição de competências e reforço da massa crítica local, viabilizando artes e ofícios tradicionais, produtos de qualidade e património natural e cultural, vectores de desenvolvimento que poderão ter uma expressão significativa na sustentabilidade deste território. Esta estratégia poderá fixar e atrair população, para além de poder proporcionar capacidade de investimento em actividades localmente inovadoras – económicas, sociais, culturais. Pretende-se, com este PDL, que o território ganhe competências em termos da participação na sociedade civil e no tecido empresarial, pela formação, pela sua integração em associações e cooperativas locais, pelo *input* de inovação tecnológica e investigação e, por fim, pela ligação aos territórios vizinhos, factor de relevo numa zona de união de fronteiras regionais e nacionais. Até final de Maio, este programa permitiu o apoio a 26 entidades sem fins lucrativos, num investimento total aprovado de 1.516.816,00 euros de investimento aprovado – cerca de 45 por cento do total do investimento.

Investimento total aprovado até 31/05/2006

| Tipo Promotor | Valor | % |
|---------------|-------------|-----|
| ONG | 1.516.816 € | 45% |
| Privados | 1.435.789 € | 43% |
| Autarquias | 373.810 € | 11% |
| Adm Central | 48.620 € | 1% |
| total | 3.375.035 € | |

Importa salientar que o investimento já aprovado, no valor de 3.375.035,22 euros, representa cerca de 77 por cento do investimento disponível no plano financeiro do PDL, no valor de 4.356.099,96 euros. E distinguir o investimento local do investimento para toda a Zona de Intervenção (ZI).

Investimento total aprovado até 31/05/2006

| | | | |
|--------------|-------------|-------------|------|
| Inv. Localis | ONG | 936.876 € | 28% |
| | Privados | 1.300.675 € | 39% |
| | Autarquias | 373.810 € | 11% |
| | total | 2.611.361 € | 77% |
| Inv. PZI | ONG | 579.939 € | 17% |
| | Privados | 135.114 € | 4% |
| | Adm Central | 48.620 € | 1% |
| | total ZI | 763.674 € | 23% |
| total | | 3.375.035 € | 100% |

Este investimento no tecido associativo local, de 936.876,00 euros, permitiu o apoio a ONG (Organizações Não Governamentais) ligadas a: juventude (revitalização da associação do Azinhal ARCA e aquisição de equipamento para o desenvolvimento das actividades do agrupamento de escutas de Alcoutim); cultura (revitalização de um rancho folclórico, organização de um festival de folclore, beneficiação do edifício de um centro cultural e recreativo e apoio ao artesanato); desporto (dinamização da prática de canoagem, formação de equipas de bicicleta todo-o-terreno e requalificação de sede e equipamento desportivo de ciclismo); turismo (criação de um guia bilingue Alcoutim – Sanlúcar e valorização do parque mineiro Cova dos Mouros); actividade agrícola (formação para a melhoria das competências na área florestal, reabilitação da sede da cooperativa agrícola e de rega de Odeleite e reabilitação da sede social do clube de caçadores e



pescadores das Furnazinhas); produção de sal (promoção do sal marinho tradicional do Sotavento Algarvio e certificação e obtenção da denominação de origem protegida).

Uma aposta nas gentes do Baixo Guadiana

Por outro lado, ao analisar a execução do PDL, verifica-se que 23 por cento do investimento aprovado foi dirigido ao conjunto da ZI e não a um concelho específico. Maioritariamente para a concretização do tema forte, este investimento orientou-se para a informação, promoção, formação, animação e investigação, com projectos de informação para o jornal do Baixo Guadiana e o Rádio Clube de Alcoutim, de formação para a aquisição de competências na área do associativismo e do desenvolvimento local, e de formação para bombeiros motoristas, validação de competências e formação para melhoria da qualidade da oferta de produtos locais. A animação foi uma aposta forte da Associação Terras do Baixo Guadiana, pela criação de uma Ecoteca Fluvial, enquanto vector de desenvolvimento do Grande Rio do Sul, implicando a adaptação e remodelação de uma embarcação tradicional, criação de percursos de interpretação fluvial e acções pedagógicas de sensibilização e preservação dos ecossistemas do Baixo Guadiana. Foram ainda realizados percursos pedestres denominados “Caminhos do Guadiana”. Em termos de investigação foi realizado um levantamento, identificação e registo de técnicas artesanais e um seminário “A Água, que futuro?”.

Um barco que une as regiões e os países

As denominadas Terras do Baixo Guadiana estão inseridas em duas regiões administrativas, Alentejo e Algarve, incluindo as quatro freguesias do concelho de Mértola próximas do Guadiana, os concelhos de Alcoutim e Castro Marim e uma freguesia de Vila Real de Santo António, Vila Nova de Cacela. Este território homogéneo, tem vindo a ser objecto de um conjunto de intervenções, nomeadamente por parte dos programas LEADER+ e EQUAL. Importa ganhar consciência da substância da sua homogeneidade, de forma a permitir a consolidação das estratégias de desenvolvimento definidas, passíveis de ser objecto de novas intervenções. Se a navegabilidade do rio Guadiana, da foz, em Vila Real de Santo António, até Mértola, permitiu no passado um forte desenvolvimento do território, actualmente uma diversificada actividade económica tem como eixo o rio, perspectivando-se uma forte intensificação da sua importância estratégica. Por outro lado, o relevo e o tipo de solos desta zona de serra têm como fronteira natural a oeste o barrocal algarvio e a norte as planícies alentejanas, constituindo o principal recurso para as actividades económicas existentes e as potencialidades para o desenvolvimento deste território. Por fim, nestas duas regiões, as vias dispõem-se no sentido vertical, pelo que as relações sociais, culturais e económicas seguem esse mesmo sentido. O investimento realizado pelo LEADER+ e pelo Grupo de Acção Local, para o conjunto da ZI, nas Terras do Baixo Guadiana, está a levar o barco para a frente. Assim haja gente!

Associação Terras do Baixo Guadiana

Por um mundo rural globalizado

A estratégia de desenvolvimento rural definida para o território de intervenção da Rude - Associação de Desenvolvimento Rural, tem-se desenvolvido parcialmente em redor de um tema forte centrado na ideia de um “Mundo Rural Globalizado”. Urge realçar e reabilitar as especificidades das comunidades rurais, conferindo-lhes o acesso a redes de comunicação que permitam, por um lado, garantir a promoção e valorização dos produtos locais, artigos regionais e artesanais, usos e saberes tradicionais, e por outro lado, proporcionar a essas mesmas comunidades rurais a possibilidade de quebrar o isolamento físico.

Alguns dos objectivos específicos do programa LEADER+ na Cova da Beira têm sido concretizados através de novas abordagens de desenvolvimento (acesso aos novos meios de comunicação/informação), da preservação do património e ambiente rural e pelo desenvolvimento de parcerias entre agentes locais, que garantam uma utilização reprodutiva dos recursos existentes e dos investimentos-chave que existem e venham a ser realizados.

Estes objectivos têm sido consubstanciados pela execução de projectos locais e regionais, aprovados no âmbito de uma estratégia definida e integrada para o território de intervenção da Rude, esperando que, futuramente, se revelem como factores económicos mobilizadores, aumentando as oportunidades e as competências para as nossas freguesias rurais.

Por outro lado, a operacionalização desta estratégia está a ser efectuada através das várias medidas e acções nas diferentes áreas, que constituem a componente do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) para a região, no âmbito das quais as autarquias locais, empresas, pessoas em nome individual, colectividades e associações sectoriais e de desenvolvimento local, entre outros organismos públicos e privados, têm tido a oportunidade, à semelhança do que aconteceu nos programas anteriores, de promover iniciativas que marcam a diferença, contribuindo para a renovação da realidade social e ajudando a colmatar algumas carências ainda existentes no meio rural.

Com efeito, e à medida que damos execução ao PDL, procuramos que as acções aqui propostas se integrem nos eixos definidos, criando pólos de interesse para as populações, tendo como objectivo dissipar a dicotomia que ainda existe entre o mundo urbano e o mundo rural na região.

Partindo de um princípio, em que não era passível a dispersão de recursos em projectos “isolados” em acções específicas do PDL, a Rude desenvolveu um projecto global e integrado de implementação de uma rede telemática no território de intervenção, abrangendo os três concelhos da área de intervenção e a cooperação de um conjunto de entidades, co-financiando “acções” apresentadas pelos municípios de Belmonte, Covilhã e Fundão. No âmbito do desenvolvimento e implementação deste projecto foram lançadas as bases necessárias para a utilização dos novos sistemas de informação/comunicação, foi criada uma rede de postos públicos de acesso à Internet em diversas juntas de freguesia e associações de índole recreativa e cultural dos respectivos territórios, possibilitando o acesso livre das populações rurais a um posto de Internet localizado próximo da área de residência, permitindo a partilha de informação, potenciando a aprendizagem e familiarização com os novos sistemas de informação, criando novas oportunidades de negócio, nomeadamente, a articulação da oferta de produtos locais e regionais.

Antecipar o futuro...

Promover e dinamizar a informatização e as novas tecnologias junto das populações rurais, sobretudo dos escalões etários mais jovens, que assim podem entrar no universo da igualdade de oportunidades, antecipamos o futuro, porque o desenvolvimento rural dependerá cada vez mais do aumento do nível de qualificação e formação dos seus habitantes.

Através da realização de pequenos projectos de dimensão financeira adequada, pretendemos criar novas oportunidades e novas abordagens de negócio, fixar as populações rurais nos seus locais de origem, e contribuir para que, os sinais de reanimação mostrados nos últimos anos na região da Cova da Beira e Beira Interior, sejam consolidados, melhorados e sejam uma realidade sustentável nas comunidades rurais, cujo acesso aos canais de informação e divulgação disponibilizados pela nova plataforma económica – Internet – é muito importante.

Rude

Recuperar saberes, aumentar competências

A constituição da Adrepes - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, em 2002, permitiu dotar o território de competências organizacionais em termos de desenvolvimento rural até então inexistentes, através da implementação do Plano de Desenvolvimento Local (PDL), consolidado nas diversas iniciativas em que se envolveu.

A operacionalização do PDL permitiu à Adrepes adquirir um conjunto de competências e saber-fazer que se reflectem na concepção e implementação de projectos, no estabelecimento de parcerias, no trabalho em rede e na gestão financeira de fundos comunitários.

As competências territoriais traduzem-se no apoio a 150 projectos em áreas tão diversificadas como turismo, artesanato, produtos locais, formação e educação, agricultura, ambiente e social - num investimento aproximado de cinco milhões de euros -, e permitiram apoiar projectos que contribuíram para a dignificação das condições de vida das comunidades locais; projectos que sem o LEADER+ não seriam realizáveis.

Os idosos são detentores de saberes-fazer que nem sempre tiveram oportunidade de transmitir aos mais jovens. Estes saberes, que identificam e caracterizam um território, devem ser preservados, através da sua recuperação e reconhecimento social, valorizando mestres, incentivando aprendizes e qualificando o espaço rural.

No sentido de recuperar estes saberes, a Adrepes, em parceria com entidades locais, promoveu dois Encontros de Artes e Ofícios da Península de Setúbal, que tiveram como principal objectivo dotar os artesãos das competências imprescindíveis ao exercício condigno da sua actividade e a promoção do artesanato local de qualidade. Como corolário dessas iniciativas, os artesãos viram a sua actividade reconhecida pelo PPART - Programa

para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, o que demonstrou a capacidade e eficácia conjunta dos agentes do território em valorizar o artesanato, que constitui um factor de competitividade social. Por outro lado, o apoio a projectos de formação que evidenciam boas práticas, como o “Encontros e Saberes” promovido, em parceria, pelo Centro Social da Quinta do Anjo, com o principal objectivo de dotar os funcionários das entidades aderentes das competências básicas ao desenvolvimento da sua actividade, nomeadamente nos serviços prestados a crianças e idosos. Este projecto beneficia mais de 100 pessoas, entre professores, educadores, auxiliares e pessoal de cozinha.

Outro projecto a referir é o “Crianças Teclando”, promovido pelo Centro Social de Lagameças, cujo principal objectivo foi facilitar o acesso das crianças das zonas rurais às novas tecnologias de informação e comunicação, dotando-as de qualificações fundamentais à sua utilização.

Salientem-se ainda os vários colóquios promovidos pela Adrepes que abordaram temáticas actuais como turismo, produção e protecção integrada, agricultura biológica, raças autóctones, que aumentam as competências nestas áreas de um grande número de beneficiários.

Assim, a mais-valia de um território no que concerne ao saber-fazer e às competências não é apenas um conjunto de técnicas, mas sim a capacidade aglutinadora dos actores locais em reconhecer colectivamente a importância destes saberes e conhecimentos, identificar novas ideias e projectos que dinamizem e assegurem a sua divulgação e a transferência de experiências entre os espaços rurais.

Natália Henriques
Adrepes

Um empreendedor social

Há homens que se destacam pela sua entrega à comunidade. São normalmente gente tranquila, muito próxima das pessoas, discretas, simples. Quando se tem a felicidade de lidar com elas descobre-se o fogo que as anima e a intensidade de vida que alimenta esse fogo. Depois, vê-se que tudo faz sentido e que não são mais do que fermento de comunidades vivas e lutadoras. Na Igreja, em Arraiolos, há um homem destes, que todos conhecem por Pedro Cachapuz.



Francisco Botelho

António Pedro Romão Lopes Cachapuz nasceu há 58 anos na Chamusca, em pleno Ribatejo. Era lá que vivia a família, sustentada a custo pelo pai barbeiro. “Que perdia um tostão no fio da navalha”. Uma barba custava então 15 tostões, mas no fim do serviço, o barbeiro convidava sempre o cliente para beber um copo, que nessa altura custava oito tostões. Feitas as contas, o pagamento da barba acabava por não chegar para pagar os dois copos do convívio. Pedro Cachapuz conta esta história com carinho, para ilustrar as dificuldades da vida de então. Que levaram o barbeiro para Lisboa e, com ele o filho ainda criança.

Mas é a partir da Chamusca que a sua vida fica marcada por duas referências – as fábricas de tomate

onde empilhava latas nas férias escolares – e a electricidade que lhe irá conduzir a vida profissional.

Em Lisboa, inicia a actividade de marçano e acaba por tirar um curso de rádio por correspondência, dedicando-se já à electricidade. As fábricas de tomate vão conduzir o seu percurso de vida. Primeiro, volta à Chamusca, depois passa pelo Ladoeiro, em Idanha-a-Nova. Esporadicamente passa pelo Cachão, onde não resiste mais de duas semanas, incompatibilizado com o ambiente conservador e fechado que não lhe serve. É com 20 anos que vem para o Divor, a que fica ligado para o resto da vida. Casa na Igreja ainda antes da tropa, que acaba por o levar a Angola no início dos anos 70. E é na Igreja que encontra a estabilidade e constrói a sua vida. Vida profissional, vida de família, vida de acção política. É sindicalista activo e acaba por exercer responsabilidades a nível regional na União dos Sindicatos de Évora e a nível nacional no Sindicato da Indústria Eléctrica do Sul e Ilhas. Funcionário da EDP desde 1983, encontra-se agora num período de pré-reforma que lhe dá a possibilidade de se dedicar à comunidade, sobretudo através do Centro Social, Recreativo de Cultura e Desporto de Igreja, de que é presidente.

É lá que o encontro à noite, preparando o ensaio do Grupo Etnográfico “Sol Ardente”, um dos projectos mais recentes e acarinhados. No palco do salão polivalente têm de mo identificar, atarefado com as ligações do som. Pede-me uns instantes de espera antes de iniciar uma conversa tranquila e me conduzir numa visita ao Centro.

Sócio fundador e presidente há seis anos, é com entusiasmo que me fala do conjunto de actividades que ocupam a instituição diariamente. Um bar e restaurante dão à instituição um apoio e um suporte económico efectivo. Muitos casamentos da terra já passaram por lá... Mas fala-me

da biblioteca e mediateca disponíveis e da escola de música. Da ludoteca e do salão de jogos. Da ginástica de manutenção, do tiro ao alvo, do ténis de mesa, da pesca desportiva. Da escolinha e da escola de desporto, para os mais pequenos. Enquanto os cantares alentejanos se vão ouvindo no salão polivalente, já a noite vai longa, é possível vislumbrar a vida daquela casa. Onde todas as gerações acabam por se encontrar e conviver.

Fundado em 1976, o Centro Social, Recreativo de Cultura e Desporto de Igreja foi uma oportunidade para a actividade dos jovens e das mulheres da Igreja. Com 500 associados, é com alguma insatisfação que Pedro Cachapuz constata que apenas 30 são mulheres. Condiçamentos sociais que levarão gerações a combater. Mas o Grupo Etnográfico, recentemente criado, envolve já um número significativo de mulheres, o que é estimulante.

Mais do que o sonho, o que o motiva é trabalhar pela gente da sua terra

Curioso é descobrir uma vulgar sala de visionamento de televisão, montada a pensar nos emigrantes de leste que já vivem na região. Com ligação a satélite, esta sala permite aos emigrantes visionarem as televisões dos seus países e ali ocorrem nos horários programados para o efeito. Um cuidado de integração e uma atenção a que não deverá estar alheio o facto de Pedro Cachapuz ter um neto da Europa de Leste, de um filho que se licenciou na antiga URSS. Um neto que o envolveu na luta pela nacionalidade portuguesa, que agora também ostenta.

Pedro Cachapuz e o Centro Social, Recreativo de Cultura e Desporto de Igreja têm encontrado no Monte e no programa LEADER um parceiro e um apoio para as suas intervenções. E foi com apoio do LEADER+ que recentemente criaram um “Espaço etnográfico e do artesanato da Igreja” que recolhe um acervo importante. Como referem, “o processo social da construção das identidades faz uso da relação entre as vivências e memórias, representações que são espelho da percepção da existência histórica”. Em três salas exíguas, se bem que bem organizadas, apresentam-se elementos de artesanato e utensílios rurais; espaço de habitação – quarto com mobília e decoração rural e o trabalho doméstico na cozinha. O espólio recolhido ultrapassa em muito o que é apresentado ao público. Por isso, é que se sonha com a transferência desta valência para um espaço condigno e que permita inclusivamente o acesso a deficientes. Pedro Cachapuz já trabalha a solução. Que passa pela ocupação de uma parte das antigas instalações do grupo desportivo, fronteiro ao Centro, e que a câmara municipal pretende remodelar para fruição pública. Depois, fala-se já no próximo quadro comunitário e nos apoios que se poderão ir buscar. E não falta reconhecimento à instituição, muito menos a Pedro Cachapuz, a quem todos reconhecem a capacidade empreendedora e a dedicação à comunidade.

Enquanto, tranquilamente, a vida de Igreja passa pelo seu Centro Social, os sonhos vão fervilhando na cabeça de Pedro Cachapuz. Mas, mais do que o sonho, o que o motiva é a possibilidade de trabalhar pela gente da sua terra. Sem horas, sem pergaminhos. Um homem vulgar cuja dimensão só se pode avaliar depois da convivência. E, afinal, as coisas só valem a pena quando se equacionam na relação entre as pessoas.

Francisco Botelho

I Oficina Internacional “Políticas e Acções Municipais de Segurança Alimentar”

Decorreu entre 28 e 31 de Março, a I Oficina Internacional do projecto “Políticas e Acções Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): realidade, limites e possibilidades da intersectorialidade”, no município de Piracicaba, Estado de São Paulo, Brasil.

O principal objectivo desta Oficina consistiu em apresentar o projecto, construir de modo participado entre os parceiros o significado de SAN, capacitar os agentes gestores para acções de S.A.N. e avaliar condições de intersectorialidade para aumentar a co-responsabilização.

O projecto, coordenado pela Prefeitura Municipal de Piracicaba, tem como parceiros (brasileiros) a Prefeitura Municipal de Rio Claro, a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo e (portugueses) o Município de Arraiolos e o Município de Borba. Participam ainda as Comunidades de Pigna e de Mendácia (de Itália), o Município de San Jose (Chile) e Chorrillos (Peru).

No decorrer desta I Oficina, foi possível conhecer as principais diferenças entre os vários países parceiros do projecto que, nesta fase, se encontram estão a fazer um levantamento nos respectivos municípios sobre as questões da SAN. Levantamento esse que vai dar origem a um Manual de Directrizes, posteriormente colocado no site do projecto, possibilitando fazer a comparação entre recursos, práticas e intervenções dos vários municípios parceiros. Durante a actividade ficaram patentes algumas diferenças significativas, como

por exemplo, a grande discrepância populacional entre os países da América Latina e os países da Europa. A dificuldade em alimentar a população com produtos de qualidade é um tema mais actual do que nunca; torna-se pois essencial planear o futuro relativamente às questões da alimentação, porque, como diz o ditado, “nós somos aquilo que comemos”.

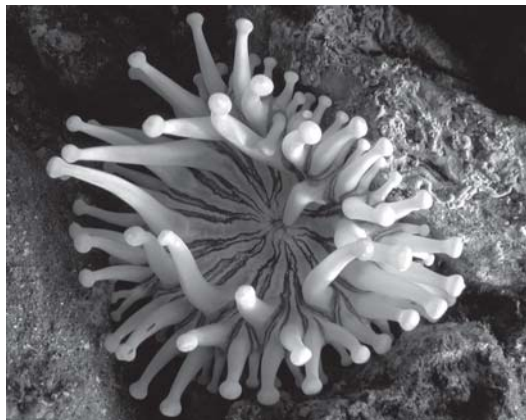
O projecto enquadra-se na Rede I0 do Programa URB-AL. Uma rede que visa melhorar a qualidade das políticas públicas locais de combate à pobreza urbana nas cidades latino-americanas e europeias; desenvolver laços fortes e directos entre as autarquias locais e a implementação de acções; a difusão, intercâmbios, aquisição e disseminar conhecimentos e práticas, concomitantemente à promoção de iniciativas conjuntas.

Constituído em 1995 pela Comissão Europeia, através do EuropeAid - Serviço de Cooperação, o URB-AL é um programa horizontal de cooperação descentralizada da Comissão Europeia de intercâmbio entre cidades da União Europeia e da América Latina.

O projecto “Políticas e Acções Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional tem uma página na Internet, em <http://www.piracicaba.urbal.sp.gov.br>, existindo aí um grupo para a equipa técnica e para os municípios parceiros.

João Antunes
Monte

Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio



Divulgar a Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio foi o principal objectivo do projecto “Áreas Protegidas no Concelho de Santana - Publicação e Imagem”. O projecto, desenvolvido pelo Serviço do Parque Natural da Madeira e apoiado pelo programa LEADER+, através da Adrama - Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, decorreu entre 2004 e 2005, contemplou a produção de materiais distintos de divulgação: uma agenda para 2005 (com algu-

ma informação sobre a reserva em português e inglês, e fotografias alusivas a esta reserva - de espécies terrestres ou marinhas, como o badejo (*Mycteroperca fusca*), o peixe cão (*Pseudolepidaplois scrofa*), a cagarra (*Calonectris diomedea borealis*), ou vistas panorâmicas; a criação do logotipo da reserva

(utilizado em todo o material produzido, incluindo um *pin* com a reprodução na íntegra do mesmo), e uma colecção de 12 postais destacáveis.

A Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio é de grande valor natural, científico e cultural, exclusivamente marinha, situada no litoral norte da ilha da Madeira, delimitada entre a Ponta do Clérigo a leste e a Ponta de São Jorge a oeste e entre a linha definida pela preia-mar máxima e a batimétrica dos 100 metros, incluindo o ilhéu da Rocha das Vinhas e o ilhéu da Viúva, este último integrado na Rede Natura 2000.

Trata-se de uma área protegida que alberga ecossistemas importantes e expressivos para a conservação *in situ* da biodiversidade, em particular de espécies raras e ameaçadas de extinção, na qual merece destaque: a presença, no litoral, de lobos-marinhos, *Monachus monachus*, mamífero em alto risco de extinção a nível mundial e, por isso, incluído como espécie de protecção prioritária no anexo II da Directiva n.º 92/43/CE, do Conselho; o valiosíssimo património botânico onde se incluem diversas espécies endémicas raras; local de nidificação de diversas espécies de aves marinhas, o que revela o seu interesse do ponto de vista ornitológico.

Adrama

Raid dos Templários

No fim-de-semana de 18 e 19 de Fevereiro, a ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, a TEMPLAR - Rotas e Destinos Turísticos, Lda. e a Região de Turismo dos Templários, organizaram um passeio pela história, cultura e saberes e sabores do Ribatejo Norte.

Mais do que um desafio e uma aventura, o Raid dos Templários foi o partilhar de uma experiência inesquecível para as 30 equipas concorrentes, num total de cerca de 120 participantes.

A gastronomia esteve sempre presente neste evento, onde todos tiveram a oportunidade de provar os sabores do Ribatejo Norte, em locais como o Laga de S. José, a Quinta do Falcão, a Quinta Casal das Freiras, o restaurante Almourol, e ainda, porque o tema assim o exigia, uma Noite Templária com jantar medieval no castelo de Torres Novas.

Foi, como se esperava, o contacto com a cultura ribatejana nos seus valores mais tradicionais, o viver de uma aventura cheia de emoções, onde, além dos

magníficos percursos de todo-o-terreno, os participantes ultrapassaram obstáculos radicais, como o *slide*, *rappel*, tirolesa e ainda tiro com arco, realizados no Parque Aventura do Agroal e junto ao rio Tejo na localidade de Tancos.

Com um balanço muito positivo é um evento a repetir, para que tenhamos oportunidade de continuar a desfrutar das excelentes potencialidades que a região do Ribatejo Norte tem para oferecer.



Adirn

Como disseminar a abordagem LEADER

Conscientes da eficácia da metodologia que ajudam a construir há mais de 15 anos, os diversos actores que no terreno implementam o Programa LEADER+, reuniram a 30 e 31 de Maio em Setúbal. Num momento em que se começam a definir as regras das políticas de desenvolvimento rural a nível da Europa e dos 25 Estados-membros, a rede portuguesa LEADER+ quis afirmar a sua prática, reflexão e esperança na continuidade de trabalho pelas comunidades rurais. Três grandes linhas de reflexão orientaram os trabalhos: o confronto com a reflexão e a prática desenvolvida no seio de outras redes nacionais, designadamente Espanha, Irlanda, Holanda e Finlândia; a avaliação da abordagem LEADER em Portugal, como instrumento metodológico e financeiro de grande significado no desenvolvimento dos territórios rurais; o reconhecimento e a afirmação da prática dos Grupos de Acção Local (GAL) portugueses e de algumas especificidades dos Planos de Desenvolvimento Local (PDL) construídos nos diversos territórios.

No primeiro painel – “Abordagem LEADER e os seus contributos para o desenvolvimento rural” –, partindo do pressuposto de que não se pode fazer programação sem avaliação e de que é indispensável “olhar de uma forma desinibida para o trabalho que foi feito”, foi proposta uma reflexão sobre os GAL, os territórios, a qualificação das equipas técnicas, as estratégias, os processos decisórios, os modelos de financiamento e o papel do Estado.

Jean Courades, da Comissão Europeia, teve oportunidade de esclarecer o estado de desenvolvimento dos regulamentos europeus do FEADER (Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural), o próximo instrumento de apoio ao desenvolvimento rural na Europa, e do ponto das negociações com os diversos Estados-membros. Uma intervenção que teve o condão de sistematizar muita da informação que, de uma forma dispersa, vinha chegando aos actores da rede portuguesa, deixando bem clara a valorização que a União Europeia atribui à metodologia LEADER, que quer agora ver reflectida nas políticas nacionais de desenvolvimento rural.

Pedro Afonso Fernandes, responsável pela equipa de avaliação do Programa em Portugal deu conhecimento de algumas das conclusões já definidas no estudo, bem como do enquadramento da nova fase de avaliação. Da sua leitura ressaltaram igualmente um conjunto sólido de virtudes da metodologia que necessariamente terão que ser tidas em conta na definição do futuro quadro de intervenção.

A tarde do primeiro dia foi dedicada à “Abordagem LEADER e o desenvolvimento rural: uma estratégia convergente?”. Foi a oportunidade de confrontar as experiências internacionais e a forma como os diferentes países se colocam face à mudança de quadros comunitários. Pedro Brosei, do Observatório Europeu/Ponto de contacto deu uma panorâmica geral da intervenção LEADER

a nível europeu. Henk Kieft, da rede holandesa, deu um testemunho vibrante do posicionamento dos GAL holandeses face aos novos desafios e do trabalho desenvolvido junto do Estado para o reconhecimento da sua intervenção. Da Espanha, uma panorâmica geral da intervenção do Programa e da longa experiência de coexistência do LEADER com um programa nacional de desenvolvimento rural, o PRODER. Da Irlanda, o posicionamento do país face ao novo quadro de referências europeu e os trabalhos desenvolvidos para a sua implementação sem períodos dolorosos de transição. Finalmente, da Finlândia, a percepção de um trabalho sólido de regulamentação a nível nacional, que deverá permitir candidaturas ao novo quadro já em Dezembro deste ano.

O segundo dia de trabalhos lançou “Os sete princípios da abordagem LEADER: mito ou realidade?”. Seis intervenções estiveram na mesa – Oliveira das Neves, avaliador do LEADER II, Regina Lopes, da Federação Minha Terra, David Machado, da Animar, Francisco Calheiros, da Adril, António Almeida, da Arde e José Cabeças, da Adiber. Mas não foram os princípios da abordagem LEADER que ressaltaram, mas antes as estratégias locais de intervenção no caso dos GAL intervenientes e, por parte das estruturas federativas, as preocupações com o processo de planeamento e regulamentação das novas políticas de implementação do FEADER. Patente a ansiedade e preocupação com a falta de informação sobre o processo de reflexão conduzido pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) e a necessidade de criar canais de contacto que levem à verdadeira “disseminação da abordagem LEADER” nas novas políticas de desenvolvimento rural a partir dos actores do terreno. Não se revelava fácil a intervenção da presidente do Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar do MADRP sobre o ponto de situação dos trabalhos de programação. Mas os esclarecimentos foram claros e esclarecedores, bem como a postura de franca abertura à partilha de informações e reflexão conjunta na fase sequente à definição das linhas gerais de programação. Mais do que as divergências expressas face a alguns dos pontos expostos, ficou a esperança de um futuro trabalho conjunto e a forte convicção do esforço que está a ser conduzido para que todos os instrumentos legais necessários estejam prontos até ao final do ano, possibilitando uma transição tranquila entre os dois quadros comunitários.

Com o enquadramento logístico da Rede Portuguesa LEADER+ e da Adrepe - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, associação anfitriã, este seminário, denso e exaustivo, não deixou de se constituir como um importante momento de animação da rede.

Francisco Botelho

Desertificação e Desenvolvimento Rural

Combater a desertificação a partir do parlamento constitui o lema da Exposição Desertificação e Desenvolvimento Rural, inaugurada a 31 de Maio, no Edifício novo da Assembleia da República, em Lisboa.

Com o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, instituído pela ONU em 2006, como pano de fundo, a exposição resulta de uma parceria de entidades constituída pela Comissão Nacional de Coordenação do Programa Nacional de Combate à Desertificação (CNC/PANCD), Federação Minha Terra, Liga de Protecção da Natureza (LPN), Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza), Rede Portuguesa LEADER+, Associação dos Industriais e Exportadores de Cortiça (AIEC), e Federação de Produtores Florestais de Portugal (FPFP), com apoio financeiro do Programa LEADER+, e tem por objectivo sensibilizar para um problema que pode afectar mais de um terço do território nacional.

A iniciativa visa a reflexão, debate, compromisso, e a proposta e operacionalização de projectos de prevenção e combate ao problema da desertificação nas diferentes dimensões (humana e sócio-económica, biofísica ou ambiental e relativa a sistemas agrários, floresta e montado), relacionando-o com as estratégias de desenvolvimento para os territórios rurais.

Na cerimónia de inauguração oficial da exposição, que contou com a presença de cerca de 130 pessoas, entre as quais duas dezenas de deputados, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, mostrou-se preocupado com o problema da desertificação, salientando que as “ projecções, em termos geofísicos, para o magreb e Península Ibérica não são cómodas”. Perante o problema, “devemos reflectir com rigor e objectividade”, nomeadamente acerca da “ocu-

pação do solo, do ponto de vista urbano e rural, num esforço para continuar a ocupar a superfície agrícola e florestal”. Defendendo que esta “é uma temática que deve ser reflectida na Assembleia da República”, Jaime Gama destacou que “as associações presentes nesta iniciativa representam boas vontades organizadas e o vigor da sociedade em favor de medidas necessárias para preservar a natureza, o ambiente e mesmo a terra” e que esta exposição pode ser “um bom ponto de partida” para “tomarmos decisões adequadas”.

Victor Louro, presidente da CNC/PANCD, congratulou-se pelas “convergências” que reuniram entidades públicas e privadas nesta iniciativa, salientando que “para aqui chegarmos houve um grande caminho que se percorreu”. Assumindo que a “sensibilização é decisiva” para combater o problema de desertificação, Victor Louro realçou também a importância de “levar a sério a participação das populações afectadas na discussão e construção de soluções”, numa dinâmica em que “estamos também a aprofundar a democracia portuguesa”. Para o Gestor do Programa LEADER+, José de Sousa Canha, a abertura da Assembleia da República é a demonstração de que os políticos “aqui estão a dar atenção ao mundo rural”. Sousa Canha salientou ainda as “associações que têm feito um trabalho extremamente activo e profícuo”, destacando “a comunhão de esforços possível nesta iniciativa”. Para o gestor do LEADER+, a iniciativa revela a existência de “capacidade crítica” para lutar contra “um problema que muito nos preocupa”, manifestando-se convicto de que “alguma coisa de bom e marcante sairá daqui”.

João Limão

Feira Medieval e Tradições da Serra da Estrela

A cidade de Gouveia regressou ao passado nos dias 20 e 21 de Maio. Organizada pela Cooperativa Agrícola Terra Preservada, com o apoio da Adruse - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, através do programa LEADER+, a Feira Medieval e Tradições da Serra da Estrela pretendeu recriar os usos e costumes da Idade Média, através de cenários e personagens criados, onde não faltaram os cavaleiros e os mercadores da época, bem como, os torneios de armas, as danças e bailias e os jogos medievais. Mas nem só da Idade Média viveu esta Feira que, paralelamente, revitalizou e divulgou as Tradições da Serra da Estrela, através da valorização dos produtos locais. Agricultores e artesãos da região tiveram oportunidade de expor e escoar os produtos tradicionais da Serra da Estrela, numa mostra de actividades dos sectores artesanal e agrícola. Envolvida esteve também a comunidade escolar

do concelho, com a participação dos alunos de algumas escolas do 1º ciclo que, desde alguns meses, elaboraram trabalhos representativos das actividades e tradições da Serra da Estrela. Enquanto evento de animação, a Feira Medieval e Tradições da Serra da Estrela pretendeu dinamizar e ser um motivo de atracção turística para a região de um modo geral e para Gouveia de forma particular.



Adruse

Fórum de Desenvolvimento em Santiago Maior

A ALIENDE - Associação para o Desenvolvimento Local animou, no passado dia 10 de Maio, nas novas instalações da Junta de Freguesia, o IV Fórum de Desenvolvimento, na freguesia de Santiago Maior, concelho de Alandroal. O fórum teve como objectivo primordial identificar as principais causas das problemáticas associadas à falta de emprego, creche e apoio domiciliário. Ali, foram também divulgados os resultados de trabalho das sessões anteriores, bem como dados estatísticos incluídos nos principais grupos de problemas. O trabalho iniciado irá prosseguir com as entidades e os seus agentes (económicos, culturais, desportivos, solidariedade social, etc..), com o objectivo de construir um diagnóstico participado, pela comunidade, e que seja reflexo das suas necessidades e problemas. Nas sessões posteriores prevê-se a identificação

dos pontos fortes e as oportunidades que a freguesia dispõe para o seu desenvolvimento. A dinamização das actividades enquadra o projecto “Árvore” financiado pelo Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), sub-medida 5.1 - Desenvolvimento Sócio-Comunitário. A sessão contou com a presença da Junta de Freguesia de Santiago Maior, Centro Cultural e Recreativo da Aldeia da Venda, Associação de Caça e Pesca de Cabeça de Carneiro, Casa do Povo Santiago Maior, IPSS – Nª Sr.ª dos Remédios e o Lar Centro de Dia Cantinho Amigo.

Anabela Mariz
Aliende

Reunião do Conselho de Parceiros da Beira Serra



Decorreu no dia 17 de Maio, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua, a 5ª Reunião do Conselho de Parceiros da Beira Serra, promovida pela Adiber - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, no âmbito do processo de implementação do programa LEADER+.

O presidente da Adiber, José Cabeças, referiu-se à importância deste momento, o qual se consubstanciava na “prestação de contas” e na

divulgação do trabalho que a Adiber tem vindo a desenvolver, alertando os parceiros locais para a necessidade de existir um empenhamento colectivo no aproveitamento das oportunidades à disposição.

O coordenador da Adiber, Miguel Ventura, apresentou o relatório referindo que a Adiber tem feito uma gestão equilibrada do Programa, garantindo a existência de verbas disponíveis até esta fase final, permitindo o apoio a todos os projectos de qualidade que possam ainda ser apresentados.

Passados quatro anos desde o início do Programa, é já possível verificar que estão a ser atingidos os objectivos definidos no Plano de Desenvolvimento Local (PDL), nomeadamente a promoção da coesão social, a criação de emprego, o reforço da participação da iniciativa privada, a intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação, para além da articulação com outras acções, de que o estudo “Beira Serra Artesanal” é exemplo.

Relativamente aos indicadores de gestão, Miguel Ventura informou que a Adiber recebeu 93 projectos nos quatro concelhos da sua área de actuação - Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua - dos quais foram já aprovados 69 projectos, num investimento que ascende a 3,3 milhões de euros que

beneficiam de 2,2 milhões de euros de ajudas comunitárias e nacionais. A oportunidade foi aproveitada para incentivar os promotores do concelho de Tábua a apresentar projectos de qualidade, na medida em que este é o município que apresenta uma menor dinâmica em termos de investimento candidatado. É igualmente constatado que através dos 46 projectos concluídos foi já possível criar 57 novos postos de trabalho.

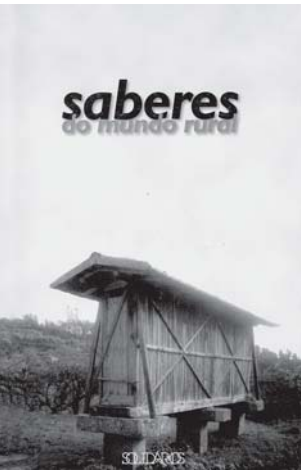
Em termos globais, o programa LEADER+ apresenta uma taxa de 71,2% de compromissos das verbas disponíveis e uma execução financeira de 77,4 %, números que são obtidos a partir do empenhamento colocado pelos promotores na realização das suas iniciativas.

Durante o ano 2005, o PDL da Beira Serra foi contemplado com um reforço de verbas, fruto da distribuição da Reserva de Eficiência a nível nacional.

O coordenador da Adiber destacou ainda algumas dificuldades e estrangulamentos à acção do Programa que estão relacionadas com a inflexibilidade dos fluxos financeiros, a crise de confiança na economia que retrai os investimentos produtivos e a dificuldade na obtenção de alguns licenciamentos dos projectos.

Por último, foi salientado que a Adiber se assume como uma entidade dinâmica na execução dos seus programas e possui uma atitude cada vez mais pró-activa e de proximidade com os promotores locais, em relação aos projectos que apoia, existindo naturalmente uma preferência pela qualidade em detrimento da quantidade de projectos. No final do Programa, é intenção da Adiber que a região apresente uma marca “LEADER”, enquanto sinal de desenvolvimento real e de afirmação deste território e dos seus factores distintivos.

Adiber



Saberes do mundo rural
Solidários - Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário, Coordenação Vilma Aurora Rainho da Silva

Apoio Fundo Social Europeu (Iniciativa Comunitária Emprego/Youthstart), Ministério para a Qualificação e o Emprego

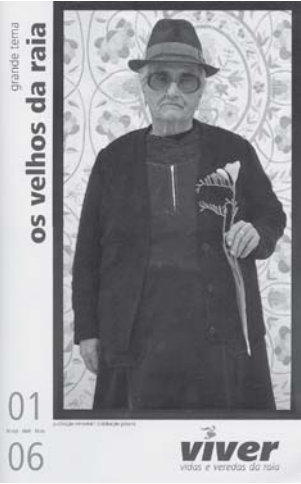
O estudo sobre os “Saberes do mundo rural” data de 1998 é da responsabilidade da Fundação Solidários e constitui-se “como um documento útil a atestar que o nosso “mundo rural” não parou no tempo, nem está povoado por pessoas descrentes quanto ao futuro.” Foram tratados e analisados elementos recolhidos através de 150 questionários (correspondentes a 25% dos distribuídos) dos quais, 120 referentes a pessoas com experiência pessoal e directa dos saberes e 30 de pessoas com experiência de animação e intervenção em meio rural. Geograficamente falando, foram seleccionados os concelhos de: Oliveira do Bairro, Sátão, Arouca, Amarante, Santo Tirso, Barcelos, Castro Daire, S. Pedro do Sul, Marco de Canaveses e Terras de Bouro. Graças ao estudo isolaram-se pequenos espaços deixados “em branco” que passaram a ser objecto de acções de formação, tais como: educação para a auto-confiança, trabalho de grupo, melhoria da qualidade de expressão escrita e oral, capacidade de identificação de oportunidades de desenvolvimento e formulação e gestão de projectos para o seu aproveitamento.



Manual para o Investidor em Turismo de Natureza
Associação Vicentina (edição); Fraga, Aura/Associação Vicentina (coordenação); Santos, Carla/Associação Vicentina e Cabral, Marta/Associação Casas Brancas (textos), Associação Vicentina, Casas Brancas, PNSACV (fotografias), 2005

Co-financiamento PIC EQUAL, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, UE/FSE

Do projecto “Ante Mare - Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Sudoeste” resultaram uma série de produtos: o Manual para o Investidor em Turismo de Natureza, o *Kit pedagógico* e o CD-ROM Guia do Sudoeste. Uma preocupação de cariz social, ambiental e económica levou a parceria de desenvolvimento a unir energias e competências para articular uma aposta comum no Turismo de Natureza, considerado “efectivo motor de desenvolvimento de uma região que, à semelhança de outras no nosso país, é ainda rural, envelhecida e abandonada aos poucos, muito ameaçada, mas também detentora de um património natural, cultural, histórico e paisagístico rico e diversificado.” O fruto do trabalho desta parceria, liderada pela Associação Vicentina, veio preencher um vazio documental que, há muito, se fazia sentir nesta área do Turismo de Natureza, como também põe preto no branco a real dificuldade em iniciar uma actividade no Turismo de Natureza. No fundo, revela-se aqui uma vontade de desmistificar a complexidade do tema com conhecimento de causa.



Revista VIVER - Vidas e Veredas da Raia
ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, Março Abril Maio 01/06

Co-financiamento Programa LEADER+

O primeiro número da VIVER - Vidas e Veredas da Raia, publicação trimestral, de distribuição gratuita, tem, sem contornos, como grande tema os “Velhos da Raia”, que segundo o seu editor, Camilo Mortágua, são uma “realidade incontornável das nossas comunidades rurais”. Dito isto, a revista toma o partido de abrir um espaço para alimentar a reflexão sobre como “transformar o envelhecimento das populações rurais em contributo positivo para o desenvolvimento dos seus territórios”. Outra grande “sala” de discussão abre-se sobre a inovação e o pioneirismo. E assim, começando pelo fim, o mundo do desenvolvimento rural vê nascer uma nova revista “para a informação, formação para o desenvolvimento e promoção da qualidade e nível de vida das pessoas que habitam a sub-região” da “BIS” (“Beira Interior Sul”).

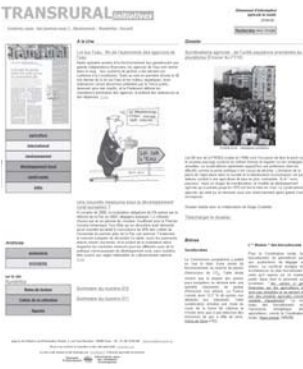


Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local no DOURO ~ DUERO
Artur Cristóvão, Valentín Cabero Diéguez e Alberto Baptista (Coordenação), Edição Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), 2005

No âmbito do Projecto da Iniciativa Comunitária INTERREG IIIA DOURO~DUERO Século XXI, Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e de Salamanca (USAL)

“Este projecto partiu da constatação de que a região em causa possui um vasto património – artístico, cultural, biológico (plantas e animais), geológico, humano e empresarial –, e assumiu a importância, por um lado, de promover acções visando a sua valorização e dinamização integradas e, por outro, de evitar a erosão dos recursos promovendo a sua utilização de forma sustentada.” Reconhecido o mérito da intervenção das organizações na revitalização do território e num futuro sustentável, procede-se aqui a uma análise crítica e comparativa das dinâmicas organizacionais no território Douro-Duero e estímulo da cooperação, em particular no espaço transfronteiriço do Douro Internacional e dos seus dois Parques Naturais. Basicamente, o livro está dividido em quatro grandes momentos: um sobre o Desenvolvimento Local e os respectivos Parques Naturais deste território raiano, outro sobre as dinâmicas organizacionais nos dois territórios, incluindo fichas práticas sobre as organizações, e finalmente um capítulo fundamental sobre as “Organizações Locais e Desenvolvimento Rural”.

www.transrural-initiatives.org



Transrural Initiatives é uma revista electrónica bimensal de informação agrícola e rural publicada pela ADIR, associação de edição da Rede Associativa de Formação e Informação ao Serviço das Iniciativas Rurais (AFIP) e da Federação Nacional dos Centros de Iniciativas para Valorizar a Agricultura e o Meio Rural (FNCIVAM). As actualidades e debates estão classificadas por temas: Agricultura (PAC; contratos territoriais de exploração e contratos de agricultura sustentável; agriculturas alternativas; crises agrícolas; fileira agro-industrial e agro-alimentar), Ambiente (políticas ambientais; OGM; energia, poluição e agricultura; Água), Internacional (Europa/PAC; Negociações Internacionais; África/América/Ásia), Desenvolvimento Local (desenvolvimento rural e ordenamento; democracia local; solidariedade; associações/iniciativas; emprego/trabalho) e Saúde/Consumo. Por outro lado, poder-se-á aceder a uma informação mais documentada através dos dossiers temáticos. Para mais, o internauta ao entrar pelo apontador www.ruralinfos.org encontrará imprensa das associações e outras organizações de cariz rural ou agrícola, actualidade sobre as questões rurais, agrícolas, ambientais, alimentares, etc.

www.sier.org



SIER, serviço de informação electrónica para o mundo rural, mais particularmente para a divulgação de conteúdos actualizados, indispensáveis a todos os intervenientes dos sectores agrário e rural. A entidade que promove esta iniciativa NTIC é o Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte (IDARN), é apoiado pela medida 2.2 – Conteúdos - do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI). O menu do lado esquerdo propõe a sequência seguinte: informação técnica e científica, inovação e desenvolvimento..., formação profissional, apoios ao

sector, política agrícola, agro-negócios, eventos/divulgação e apontadores. Mais abaixo, introduzido pela bandeira azul com estrelas, encontra-se um espaço dedicado à informação de índole europeia. Enquanto a agenda com menu rolante remata a coluna. No centro da página, as informações repartem-se pelo capítulo Notícias do mundo rural e Artigos de opinião e os tradicional Destaques com *banners* de outros sites de interesse. A coluna do lado direito remete-nos para o que é SIER, o em foco e a agro-sondagem.

www.adral.pt



Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) vê no Alentejo, o desafio, a mudança e um novo futuro. No menu principal, para além dos tradicionais: “Quem Somos?”, “Onde Estamos?”, “Contactos”, “Ligações”, “FAQ’s”, destaca-se um motor de pesquisa de emprego e um directório de empresas do Alentejo, potencialmente interessantes, mas, por agora, ainda em branco. Na Biblioteca pode-se aceder a um banco de documentos (*newsletter*, planos de actividade, projectos) e de imagens (ainda vazio). As Notícias dividem-se pelos incentivos, projectos, a ADRAL, enquanto as Notícias Externas incluem informações internacionais e nacionais de interesse. No “O que fazemos?” o internauta tem acesso a um directório com os projectos em execução, candidatados e desenvolvidos pela Agência. O resto da página de abertura é uma montra dedicada aos destaques. Do lado direito alinham-se os títulos, enquanto no centro, para além de um pequeno parágrafo de apresentação da ADRAL, figuram pequenas aberturas sobre as notícias em destaque.

Bio.come

Bio para tod@s

A segurança alimentar e a protecção ambiental são preocupações que crescem dia-a-dia. No entanto, o encontro entre consumidores e produtores nem sempre acontece de forma fácil e natural. Para aproximar o produtor do consumidor e fomentar um sistema de venda mais humano e transparente, Ana Caudevilla criou a Bio.come.



João Limão / INDE

Aproximar produtores e consumidores. Desta ideia, nasceu a Bio.come. Uma plataforma de comércio e distribuição de produtos de agricultura biológica para áreas de maior procura, como Lisboa, Setúbal e Algarve, criada em Montemor-o-Novo há três anos.

A responsável, Ana Caudevilla, explica que a Bio.come surge para comercializar a produção da herdade da família - Herdade do Freixo do Meio - totalmente convertida ao modo de produção biológico desde 2001, mas também apoiar os produtores locais no processo de certificação biológica dos seus produtos, garantir e melhorar o escoamento destes e informar o consumidor sobre as garantias e vantagens dos produtos biológicos.

Em Portugal há 10 anos, esta *nuestra hermana*, médica veterinária com um mestrado em *marketing* de produtos alimentares e um doutoramento em economia agrícola, encontra também na Bio.come a forma de desenvolver uma actividade na sua área de formação.

“Trabalhar com produção biológica - que é a produção mais honesta - é uma estratégia empresarial mas é uma estratégia onde me sinto muito confortável. Os valores da agricultura biológica - assente numa produção que respeita o ambiente e os recursos naturais, perpetua a diversidade e contribui para o desenvolvimento sustentável no meio rural - são os valores com os quais procuro trabalhar”.

A grande oferta de produtos da Herdade do Freixo do Meio - 1.700 hectares de montado de sobro e azinho, limitados pelo rio Almansor -, onde, para além da carne (porcos pretos de raça alentejana, borregos de raça merino, cabritos de raça serpentina, vitelas de raça barrosa e merto-lenga e perus pretos), presunto e enchidos tradicionais, se produz também azeite, vinho, arroz, cereais, leguminosas, hortícolas, ovos, pinhões, cogumelos silvestres, entre outros, rapidamente fez da distribuição um trabalho muito exigente, levando a empresária a reorientar o projecto.

Considerando que existem ainda alguns “tabus” em torno da agricultura biológica, Ana Caudevilla está consciente que este é um trabalho a longo

prazo. “A agricultura biológica é um apoio à saúde, uma garantia de alimentos saudáveis, com sabor e valor nutritivo...”.

Optimista, perseguindo os objectivos do seu projecto, Ana Caudevilla decide apostar numa loja. Surge assim, no final de 2004, a Merceria Nova. Situada no centro histórico de Montemor-o-Novo, com um toque bem ao jeito do acarinhado comércio tradicional, a Merceria Nova pretende aproximar o produtor biológico do consumidor e fomentar um sistema de venda de alimentos mais humano e transparente.

A oferta é variada: carne fresca, enchidos tradicionais, fruta, legumes, saladas, azeite, vinho, cereais, leguminosas, compotas, massas, arroz, farinhas, farelos, banha, ovos, massa de pimentão, pinhão, cogumelos silvestres, ultracongelados, frutos secos, bolachas, leite, queijo... Ao lado dos produtos da Herdade do Freixo do Meio, com destaque para a carne e enchidos, encontram-se muitos outros provenientes do Alentejo e Ribatejo, e de outros países, como as massas italianas, e a cerveja e os sumos espanhóis - “que estão para complementar a oferta, procurando responder, também, a pedidos dos nossos clientes”.

Uma loja, cabazes e feiras

À medida da produção local e das necessidades dos clientes, a Merceria Nova não tem parado de crescer. O espaço começa já a acusar alguma exiguidade. Os fornecedores estão conquistados, assim como os clientes. O perfil abrange diferentes faixas etárias e tipos de bolsas. “O próprio nome da loja”, sublinha a proprietária, “foi pensado numa aproximação a um público mais velho, que embora não tendo muito poder de compra, tem saudades dos sabores de antigamente”.

“Montemor-o-Novo já tem uma produção biológica considerável mas, à semelhança do que acontece um pouco por todo o país, não existe ligação entre o produtor e o consumidor. Depois, enquanto produtora e consumidora de produtos biológicos, sentia falta de um espaço onde pudesse encontrar este tipo de produtos.

Por isso, criei esta loja, como ponto de encontro entre o produtor e o consumidor. Por um lado, é uma forma de vender mais humana, evitando a frialdade das grandes superfícies, por outro, é um ponto de encontro e partilha de informação, contrariando a ideia de que o biológico é algo esotérico ou exclusivo de macrobióticos”.

Como a loja funciona no horário do comércio tradicional, a aposta acabou por recair igualmente em cabazes entregues ao domicílio. Desta forma, a empresária espera não só chegar a potenciais clientes de Montemor-o-Novo com menor flexibilidade de horários, como outros de fora do concelho. O comércio electrónico é outra vertente a desenvolver num futuro próximo.

“A loja é pequenina mas mantê-la viva com esta variedade de produtos não é fácil...”. Para aguentar as perdas, Ana Caudevilla decide lançar-se no mercado das feiras. “À medida que começamos a trabalhar e as necessidades vão surgindo é preciso reorientar o projecto. A participação em feiras surge como a forma mais fácil de expandir o negócio. “Se aqui o meu público já está definido, tenho de sair. A ideia é levar às feiras aquilo que eu tenho e os outros não”.

Para isso, Ana Caudevilla adquiriu uma carrinha com câmara frigorífica e outros equipamentos que lhe permitem participar em feiras de alimentação e agricultura biológica que acontecem um pouco por todo o país.

Um investimento de muita energia e cerca de 47 mil euros, participado pelo programa LEADER+ a 50 por cento. Com o Verão à porta, Ana Caudevilla pensa já em lançar-se à estrada, marcando presença nos festivais de música com uma banca de pronto-a-comer, recheada de croquetes, rissóis, pizzas, lasanha... tudo 100% biológico. Bio para tod@s!

Paula Matos dos Santos

Bio-come, Lda.
Rua do Passo, 5 r/c
7050-219 Montemor-o-Novo
Tel./Fax: 266 891121
E-mail: bio.come@netcabo.pt

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares
Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 37 - 2006

Propriedade
INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção
INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 843 58 70
Fax: 21 843 58 71
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora
Cristina Cavaco

Conselho Editorial
Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, José António Sousa Canha/IDRHa, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Rui Veríssimo Batista/IDRHa

Redacção
Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha, Paula Matos dos Santos

Colaboraram neste número
Adiber, Adirn, Adrama, Adruse, Anabela Mariz (Aliende), António Baptista (Monte), Associação Terras do Baixo Guadiana, Inácia Lopes Rebocho (Monte), João Antunes (Monte), Jorge Coelho (Aliende), Lúcia Seródio (Marca), Marco Mirinha, Maria do Rosário Serafim (IDRHa), Monte, Natália Henriques (Adrepes), Rude

Paginação
Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão
Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga
Impresso em Setembro de 2006

Tiragem
6.000 exemplares

Depósito Legal
n.º 142 507/99

Registo ICS
n.º 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.